



II Plano Municipal de Segurança de Diadema

Prefeitura de Diadema

Prefeito
José de Filippi Júnior

Secretária de Defesa Social
Regina Miki

Instituto Souda Paz

Diretor Executivo
Denis Mizne

Coordenador do Projeto
Paula Miraglia

Agostode 2005

Índice

I. Apresentação.....	4
Diadema Segura e Diadema Legal – uma trajetória de Sucesso	
II. Marco Institucional do Plano Nacional de Segurança Pública.....	5
O papel da Secretaria de defesa Social	
III. Diadema e Segurança Pública – um breve histórico.....	6
O papel da Secretaria de defesa Social	
IV. Diadema em Números - Solucionando Problemas, enfrentando novos desafios.....	9
V. Plano Municipal de Segurança Pública.....	14
Consulta Pública	
Articulação de Políticas - Contribuições das Secretarias Municipais e de Especialistas	
VI. Compromissos, Desafios e Ações.....	16
VII. Agradecimentos.....	55

I. Apresentação

Diadema segura e Diadema legal - uma trajetória de sucesso

Apostando na eficácia das intervenções locais e nos efeitos de uma política essencialmente preventiva como estratégia de redução da violência e da criminalidade, a Cidade de Diadema vem desenvolvendo, desde o ano de 2001, uma série de ações que tiveram um impacto extremamente positivo na redução da criminalidade violenta no município. Chama a atenção, sobretudo, a redução dos homicídios, que certamente é o mais grave e emblemático crime da região, uma vez que, além de afetar direta e indiretamente a vida dos seus moradores, colaborou para a estigmatização da cidade como um dos locais mais violentos do Brasil.

Tais ações são de natureza diversa, compreendendo desde a criação da Secretaria de Defesa Social, a reformulação da Guarda Civil Municipal, a aprovação e implementação da Lei de Fechamento de Bares, a Campanha de Entrega Voluntária de Armas, a Campanha de Desarmamento Infantil, até o desenvolvimento de projetos sociais específicos para a juventude – que é hoje o principal alvo das mortes violentas no estado de São Paulo e no município de Diadema. A implementação desse conjunto de ações, denominado “Diadema Segura: a Paz fazendo a Vida Melhor”, se deu num contexto extenso de modernização das políticas públicas na área de segurança: aperfeiçoamento do sistema de informação, mapeamento e diagnóstico da criminalidade na região, integração das políticas públicas, entre muitas outras. Dando continuidade a esse projeto mais amplo, a Prefeitura de Diadema e a Secretaria de Defesa Social elaboraram, em parceria com o Instituto Sou da Paz, um Plano Municipal de Segurança a ser implementado no Município nos próximos dois anos. A expectativa é de que o Plano seja implementado paralelamente ao desenvolvimento sócio-econômico e a uma política de inclusão social da cidade.

Diadema é hoje um caso bem sucedido de ações inovadoras e integradas no campo da segurança pública. As últimas estatísticas criminais revelam a eficácia e a consolidação de uma política de sucesso. Apesar da queda sensível, contudo, ainda temos uma quantidade grande de crimes que são cometidos na região. Logo, o momento agora é de expansão dessa política; é preciso avançar nas conquistas e enfrentar os novos desafios.

A atuação do município no campo da segurança pública vem ganhando cada vez mais atenção no debate público. Ao mesmo tempo em que deve ser encarada dentro de suas responsabilidades e limitações, ela deve ser valorizada nas suas potencialidades. Neste sentido, este Plano procura destacar ações preventivas e transversais valorizando, sempre que possível, a participação ativa da Sociedade Civil.

A Prefeitura de Diadema e o Instituto Sou da Paz compartilham uma visão de segurança pública que investe no potencial da prevenção da criminalidade. Logo, como não poderia ser diferente, esse é um Plano que parte do respeito aos direitos humanos, apostando nos princípios de uma cidadania plena, que congrega diversidade e inclusão, sempre fiel aos valores de justiça e igualdade.

O Instituto Sou da Paz tem a missão de “contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência no Brasil que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área”. Portanto, elaborar o II Plano Municipal de Segurança é, para o Instituto Sou da Paz, a oportunidade de criar um canal privilegiado de diálogo com o Poder Público. Mais do que isso, é uma oportunidade de estabelecer uma parceria promissora entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada, à qual a experiência acumulada do Sou da Paz, a partir de diversos projetos de intervenção social que visam à redução da violência, só vem a somar.

O II Plano de Segurança Pública é uma ferramenta de cidadania que traduz o compromisso da Prefeitura de Diadema com a população: compromisso este, de buscar o aperfeiçoamento constante no combate à violência e à criminalidade e de garantir uma cidade ainda mais segura.

Apresentamos a seguir um documento que combina um breve diagnóstico das conquistas alcançadas, com um conjunto de propostas para a próxima gestão.

II. Marco institucional do Plano Nacional de Segurança Pública e o papel do Município

Hoje, a insegurança, o medo e a vitimização pela criminalidade são experiências compartilhadas por indistintos setores da sociedade. De acordo com o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) “ou haverá segurança para todos, ou ninguém estará seguro no Brasil”. Em outras palavras, a segurança é um direito do cidadão brasileiro e, logo, como qualquer bem público, deve ser universalizada.

As propostas do PNSP trazem uma nova visão de segurança pública, que concentra suas atenções no aprimoramento da informação, no diagnóstico institucional, na melhoria do trabalho das polícias, e, finalmente, dá ênfase para políticas focadas na juventude.

Nesse contexto de orientações inovadoras e ao mesmo tempo transversais, o PNSP destaca um tópico específico para tratar da segurança no nível municipal. A simples existência desse item já sublinha sua importância e atribui um papel específico a essa esfera do poder. Nesse sentido, estamos falando num marco institucional.

Nessa rede complexa que compõe o combate à violência, o lugar do município, de acordo com o PNSP, está centrado na prevenção, tendo como principal instrumento a Guarda Civil Municipal. O Plano aponta para a importância do treinamento e profissionalização da Guarda, destacando seu protagonismo na prevenção e combate à criminalidade.

As políticas públicas na área de segurança foram sempre, primordialmente, objeto de ação dos governos estaduais. No entanto, hoje sabemos que o município tem um papel fundamental numa política eficaz de combate à violência. A Prefeitura é o braço do poder público mais próximo da população, é onde se dá a prestação cotidiana de serviços e é quem, justamente, conhece os problemas e conflitos da comunidade mais de perto, e pode circunscrevê-los e

solucioná-los quando estes ainda têm proporções reduzidas. Por outro lado, a proximidade com a comunidade agrega outro capital ao Poder Municipal: a capacidade de mobilização e articulação da própria comunidade. Estabelecer e liderar parcerias com diversos setores da Sociedade Civil Organizada (lideranças locais, associações de bairro, ONGs etc) é também um passo fundamental para o planejamento e a prática de ações no combate à violência.

Soluções locais e capacidade de articulação são as grandes marcas da administração municipal. Nesse sentido, podemos dizer que a interface dos problemas se reproduz na interface das soluções. Tal característica potencializa a capacidade da gestão municipal de criar, implementar e avaliar esse conjunto de políticas.

Nessa perspectiva, o papel da Guarda Municipal merece atenção, uma vez que é ela quem está efetivamente atendendo, próxima da população. O policiamento comunitário é uma das faces do trabalho da Guarda, mas há também um enorme potencial a ser explorado, uma vez que esta pode fornecer subsídios e execuções para a formulação de políticas de prevenção, bem como executar alguns desses projetos.

Não podemos, contudo, minimizar o importante aspecto transversal dessas políticas, que requerem uma participação ativa de diversas áreas do Poder Municipal e da Sociedade Civil, em todas as fases do processo. Só o firme compromisso da Prefeitura e do Município de Diadema como um todo permitirá o sucesso da empreitada.

III. Diadema e a Segurança Pública – Um Breve Histórico

O atual município de Diadema nasceu de um vilarejo que fazia parte da zona rural de São Bernardo, chamado na época Vila Conceição. Ainda na década de 40, os sete municípios que hoje compõem o grande ABC formavam um único, cuja sede foi, até 1938, a Vila de São Bernardo, o núcleo mais antigo da região.

A fundação do município de Diadema se daria ainda nos anos de 1940. Um dos seus principais personagens, o professor Esquivel, teria conseguido um parecer favorável do governo do estado para a constituição do distrito de Diadema, formado pela união dos povoados de Vila Conceição, Piraporinha e Eldorado.

Nos anos de 1950, São Bernardo passava por uma crescente industrialização. A Via Anchieta passou a ser o eixo principal da indústria automobilística e os braços atraídos pela industrialização intensificaram a procura por lotes residenciais nesse município e em suas cercanias. Assim, as regiões vizinhas mais próximas da auto-estrada, ainda que na área rural, também passaram a ser visadas pela população em busca de terras mais baratas. Logo, em 1950, o distrito de Diadema recebeu novos moradores, notadamente nos pontos mais próximos de São Bernardo como Piraporinha e Taboão.

Em 1959, a criação do município de Diadema foi sancionada pela Assembléia Legislativa e, do intenso matagal, surgiram paulatinamente bairros populares, forjando uma mancha urbana que se estendia da capital (São Paulo) até Piraporinha e Taboão, adentrando também o território de São Bernardo. A população quadruplicou de 3.023 habitantes em 1950, para 12.308 no intervalo de apenas 10 anos.

No período compreendido entre o início da década de 60 e final dos anos 70, ocorreu um notável fluxo migratório de trabalhadores não especializados, produzindo uma explosão demográfica em ritmo muito superior à organização da infra-estrutura e baixo investimento em políticas sociais - no ano de 1970, a população do município alcançaria os 79.000 habitantes. Nesse período, Diadema, visando superar o estigma de cidade dormitório, incentivou, através de isenção de tributos, a instalação de indústrias na região. Aliada à escassez de terrenos com boa localização nos municípios vizinhos, a industrialização propiciou uma rápida proliferação de empreendimentos, transformando Diadema em um importante parque industrial.

De acordo com o Censo IBGE/2004, o município tem 383.629 habitantes, com uma taxa de crescimento populacional anual de 2,48%. O município tem ainda a maior densidade demográfica do estado e a segunda maior do país.

Em larga escala, essa densidade demográfica, bem como a ocupação não planejada do território são fatores que contribuíram para a composição de um cenário propício à proliferação da criminalidade.

Em 1996, a Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo apontou Diadema como a segunda cidade mais violenta de São Paulo, atrás apenas do município de Embu e imediatamente à frente de São Bernardo do Campo, todas na Região Metropolitana de São Paulo. Durante muito tempo o município foi associado à violência e à impunidade.

Em 1997, o caso da Favela Naval chamou a atenção do país para ações criminosas cometidas por policiais militares, sendo alvo de comentários e críticas das mídias nacionais e internacionais.

Paralelamente, na mesma época, aumenta o número de crimes na Região Metropolitana de São Paulo, particularmente em Diadema, onde a taxa de furtos e roubos de veículos estava em ascensão. A média mensal de roubos em 1997 foi a maior desde que esse tipo de crime passou a ser contabilizado, em 1984. Somente no mês setembro, a polícia registrou 9.045 roubos – 301 por dia. O número de furtos e roubos de veículos saltou 15,3% (de março a setembro). No que se refere aos homicídios, a média mensal em 1997 foi a segunda maior da história.

Em 1999, um ranking das cidades mais perigosas do país, divulgado pela *Folha de São Paulo*, volta a destacar Diadema com a impressionante e incômoda estatística de 140,4 homicídios por 100 mil habitantes, o que, segundo o jornal, a colocava como uma das mais violentas do mundo.²

De acordo com o Fórum Metropolitano de Segurança Pública³ (FMSPP), a taxa de homicídios em Diadema cresceu 49% entre os anos 1995 e 1998. Os números retratando a escalada da violência nesse município foram amplamente divulgados pelos grandes veículos de comunicação que, em suas descrições, apontavam-na como uma espécie de “cidade sem lei”. Em 1999, a taxa se tornou a mais alta do estado, de acordo com a Fundação SEADE. Nesse mesmo período também foi diagnosticada uma frágil integração entre as organizações policiais, o que estaria dificultando a

¹ Em 31 de março de 1997, a Rede Globo divulgou um vídeo com cenas de tortura, extorsão e uma morte praticadas por policiais militares, na Favela Naval, em Diadema.

² José Roberto de Toledo. “Diadema é cidade mais violenta do país”. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, pp: 3-1, 15/08/1999.

³ 29/03/2001

coordenação efetiva das atividades e dos recursos. Além disso, o município contava com um efetivo policial e de guardas civis muito aquém das necessidades locais.

O papel da Secretaria de Defesa Social

A Secretaria Municipal de Defesa Social de Diadema (SDS) foi criada em janeiro de 2002. Antes disso, as questões assumidas por essa Secretaria eram contempladas apenas por uma Coordenadoria. A criação da SDS pode ser interpretada como uma resposta da Prefeitura às altas taxas de criminalidade: um compromisso de fazer da segurança em Diadema uma prioridade do governo.

O primeiro conjunto de ações de segurança e prevenção da violência, elaborado pela Prefeitura de Diadema, compreendia quatro eixos: (i) melhoria da eficiência, (ii) investimento nas políticas sociais e de prevenção, (iii) participação popular e (iv) fiscalização. As ações deveriam ser integradas, envolvendo, em alguns casos, outras secretarias do Município.

A Guarda Civil Municipal de Diadema foi criada como principal instrumento do município para melhorar a segurança e atuar em conjunto com as Polícias Civil e Militar no controle da criminalidade. A Guarda teve um papel central no processo de implementação de novas medidas ligadas ao plano “Diadema Segura: a Paz fazendo a Vida Melhor”: Como veremos mais adiante, a SDS conseguiu, por meio da Guarda, reconstruir a imagem do policiamento comunitário, enfatizando seu aspecto preventivo e apostando na sua proximidade com a população.

IV. Diadema em Números – Solucionando problemas, enfrentando novos desafios

Apresentamos a seguir um breve perfil da cidade, tendo como referência seus dados de violência e seu contexto nos últimos dez anos.

Entre 1995 e 1998 o número de homicídios no município aumentou 49%. Em 1999, a taxa por 100 mil habitantes chegou a 143, a mais alta do estado segundo a Fundação SEADE. Se hoje a notável queda dos homicídios é uma espécie de cartão postal da cidade, as altas taxas foram, durante muitos anos, motivo de alarme do governo e da população. Como mostra a tabela 1, os anos de 1998 e 1999 foram os mais violentos, com um total de 345 e 374 homicídios respectivamente.

Tabela 1. Ocorrência de homicídio no período de 1995 a 2004, por total anual:

Ano	Número de homicídios: Total anual.
1995	255

1996	324
1997	289
1998	345
1999	374
2000	271
2001	257
2002	220
2003	179
2004	135

Fonte: Secretaria de Defesa Social/ Diadema – Secretaria de Segurança Pública

A partir de 1999 a tendência começa a se inverter. O início da queda pode ser explicado pelo conjunto de medidas adotadas a partir do ano de 2000, acentuada pela lei de fechamento dos bares, de julho de 2002.

A tabela 2 compara Diadema a outras cidades do ABC paulista. A taxa de homicídios na cidade continua sendo bastante elevada, mas vale destacar que é a cidade que teve a maior redução no que diz respeito a esse tipo de crime.

Tabela 2. Taxas de homicídio doloso por 100 mil habitantes, nas cidades de Diadema e São Bernardo do Campo, Santo André e do Estado de São Paulo.

Ano	Diadema	São Bernardo do Campo	Santo André	Estado de São Paulo
1.999	102,82	51,19	39,43	35,33
2.000	76,15	52,79	43,20	34,24
2.001	65,79	36,94	32,66	33,21
2.002	54,12	34,63	29,71	30,99
2.003	44,48	34,40	28,59	28,29

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Comparando com o resto do Brasil, segundo os dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no ano de 2003 foram registradas 40.630 ocorrências de homicídio doloso em todo o território nacional, determinando uma taxa de **23** ocorrências por 100 mil habitantes. A região sudeste é a que apresentou maior taxa, com valor igual a **28,8** mortes por cada 100 mil habitantes. Neste mesmo ano o município de **Diadema** registrou taxa de **44,48** por 100 mil habitantes.

A despeito da queda dos homicídios, os crimes registrados como “tentativas de homicídios” entre 2001 e 2004 registraram aumento, como mostra a Tabela 4. Comparandose o ano de 2001 com o ano de 2004, esse tipo de registro aumentou 42,11%. Utilizando os mesmos anos para comparação, os números mostram que o total de vítimas diminuiu 45,50%. Além das medidas já citadas, nesse caso, é importante incluir na ponderação dos dados a redução do número de armas em circulação como um possível fator explicativo.

Tabela 3. Crimes registrados de janeiro a setembro nos anos de 2001 a 2004.

Crimes:	2001	2002	2003	2004
Homicídio	185	153	125	92
Triplo homicídio	00	02	01	00
Duplo homicídio	05	05	11	06
Tentativa de homicídio	76	102	106	108
Latrocínio	05	02	03	05
Total de vítimas fatais	200	171	153	109

Fonte: Secretaria de Defesa Social de Diadema.

Como nas demais grandes cidades brasileiras, há, no entanto, um tipo de vítima preferencial para os homicídios. Os dados da tabela 4 mostram que são homens jovens, entre 15 e 30 anos, com baixa escolaridade.

Tabela 4 - Vítimas preferenciais Comparativo de homicídios – 2001/2004

Sexo	2001	2002	2003	2004
Masculino	244	206	171	121
Feminino	13	14	8	14
Total	257	220	179	135
Faixa etária				
10 a 15 anos	3	5	1	1
16 a 20 anos	54	37	27	26
21 a 25 anos	55	50	43	30
26 a 30 anos	44	37	35	27
31 a 35 anos	24	21	16	20
36 a 40 anos	20	13	12	12
41 a 45 anos	9	15	4	3
46 a 50 anos	3	4	8	2
Acima de 50 anos	10	5	12	6
Não consta	35	33	21	8
Total	257	220	179	135
Escolaridade				

Analfabeto	9	14	2	1
1º grau incompleto	82	81	11	12
1º grau completo	41	32	77	67
2º grau incompleto	5	9	3	2
2º grau completo	13	5	13	22
Não consta	60	79	73	31
Total	210	220	179	135

Fonte: Secretaria de Defesa Social-Diadema

No que diz respeito à violência contra a mulher, também podemos observar uma queda nos índices em Diadema. Mais do que isso, como mostra a tabela 5, a cidade foi a mais bem-sucedida da região do ABCD no combate à violência contra a mulher.

Tabela5: Violência contra a Mulher – região do ABCD

	Município	Lesão Corporal	Ameaça	Estupro/abuso sexual
	Santo André			
2003		775	661	18
2004		652	564	14
Varição		-16%	-14,5	-22%
	São Bernardo			
2003		1.033	1.039	14
2004		1.127	1.197	13
Varição		9%	15%	-7%
	Mauá			
2003		633	816	17
2004		702	804	27
Varição		11%	-1,5%	59%
	Diadema			
2003		926	1.304	14
2004		875	942	7
Varição		-5,5%	-28%	-50%
	Grande ABC			
2003		3.711	4.161	89
2004		3.639	3.809	86
Varição		-2%	-8,5%	-3,54

Fonte: SSP/SP

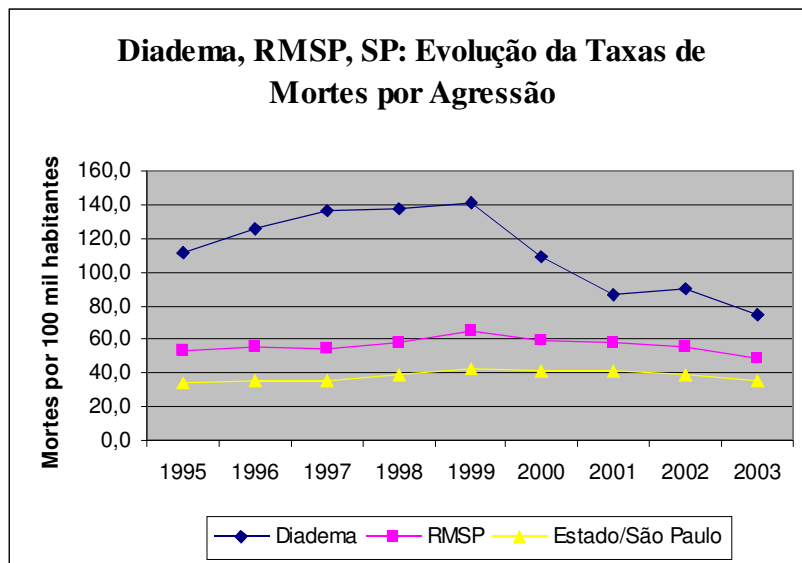


Gráfico 1: Evolução das Taxas de Mortes por Agressão em Diadema, Região Metropolitana de São Paulo e estado de São Paulo.

Tabela 6: Tendências da Criminalidade em Diadema, 1999-2003: taxas por 100.000 habitantes.

Crimes/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Homicídios Dolosos	107,44	75,90	65,63	54,08	44,23
Roubos/Furtos Veículos	1.014,10	972,63	807,91	672,63	667,00
Roubos	769,08	669,07	702,86	652,52	800,51
Furtos	594,49	522,32	659,29	745,46	788,44

Fonte: ISPCV, com base em dados da SSP-SP e IBGE

Obs: "Roubos" e "Furtos" não incluem roubos e furtos de veículos

Finalmente, acompanhando os dados gerais sobre criminalidade em Diadema e comparando-os com os da Região Metropolitana de São Paulo e do Estado de São Paulo, podemos confirmar os avanços, em especial no que se refere aos crimes contra a pessoa. Diadema conquistou uma redução marcante nos seus índices de criminalidade.

Dados mais recentes da Secretaria de Defesa Social de Diadema mostram que, de janeiro a junho de 2005, a tendência de queda nas taxas de homicídio no Município se manteve. Isto é, tomando o mesmo período no ano de 2004 – janeiro a julho - para efeito de comparação, observamos uma queda de 33,75% nas taxas.

Nesse quadro, vale chamar atenção para o mês de junho de 2005, quando o Município foi vítima de apenas um homicídio durante todo o mês. Não resta dúvida de que Diadema tem motivos para comemorar, especialmente ao lembrar da média mensal de 30 mortes por agressões, praticamente um homicídio por dia.

Tabela 7: Comparação do número de homicídios nos primeiros semestres de 2004 e 2005

Número de homicídios/ mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL SEMESTRE
2004	7	18	14	11	16	14	80
2005	12	14	9	13	4	1	53
Redução do número de homicídios no período							- 33,75%

Fonte: Secretaria de Defesa Social-Diadema

Se esses indicadores nos fazem crer que o caminho está correto, eles também apontam que há um longo trajeto a ser percorrido. Enfrentar esses desafios e reduzir ainda mais os índices criminais são os grandes compromissos deste Plano.

V. Plano Municipal de Segurança Pública

A elaboração do II Plano de Segurança para o Município de Diadema partiu de um amplo trabalho de pesquisa, cujo primeiro objetivo era conhecer as reais demandas da cidade relativas à segurança. Para isto foram sistematizadas as ações e atividades em curso na Secretaria de Defesa Social, no sentido de desenhar um quadro em que estivessem delineadas as conquistas e os desafios a serem enfrentados pelo Plano em construção. Ao mesmo tempo, foram realizadas diversas entrevistas e visitas à região, com o intuito de ouvir e registrar o impacto que as ações da Secretaria têm no cotidiano do município. A escolha dos interlocutores traduz o esforço em recriar, ainda que em menor escala, um grupo representativo dos moradores de Diadema. Foram entrevistados entre outros, funcionários da Secretaria, representantes da Sociedade Civil organizada, além de beneficiários dos programas da Prefeitura. Partindo desse levantamento, foi possível desenvolver um conjunto de desafios e ações que respondessem às demandas identificadas.

Consulta Pública

Em 8 de abril de 2005 foi apresentada à população de Diadema a primeira versão do Plano Municipal de Segurança. Na ocasião, estavam presentes o Prefeito da cidade, todos os secretários da prefeitura, representantes do Legislativo, as Polícias Civil e Militar, além de diversos representantes da sociedade civil organizada. O evento marcou o início do processo de consulta pública ao qual foi submetida a proposta inicial do documento.

Durante os meses de maio e junho de 2005, foram distribuídos mais de 15.000 jornais que traziam o II Plano de Segurança e a cidade acolheu seis audiências públicas que contaram com a participação de mais de 600 pessoas. Para assegurar a sua representatividade, as sessões aconteceram em diferentes regiões da cidade, de acordo com o seguinte calendário:

Local	Data
Câmara Municipal	10/05
Fundação Florestan Fernandes	17/05
Clube Mané Garrincha	31/05
EMEI Hermiliana Ribeiro	07/06
C.C. Vladimir Herzog	14/06
ACER	05/07

Em cada uma das audiências, foi apresentado o conjunto de Compromissos, Desafios e Ações do Plano para que, em seguida, a plenária pudesse colocar em debate suas questões, críticas e sugestões. Além dessas reuniões, outras formas de colaboração foram possíveis: os questionários existentes no próprio Plano entregue à população e o mesmo questionário, disponível no site da prefeitura.

Tomando a democracia participativa como um princípio fundamental na construção de políticas públicas, a promoção do processo de consulta significou a garantia de que a diversidade do município estivesse representada na versão definitiva do II Plano Municipal de Segurança, lhe conferindo, assim, maior legitimidade. Em outras palavras, em oposição à precedência de um pensamento único, optamos por olhar para o Plano como uma construção coletiva, como mais uma oportunidade para praticar uma política compartilhada.

Do ponto de vista prático, a criação de mecanismos de escuta da população teve como principal objetivo estabelecer uma linha de diálogo para conhecer a opinião da sociedade de Diadema sobre o tema da segurança e sobre as ações em curso até o momento, mas também, senão principalmente, para colher *in loco* suas demandas. Tal procedimento é extremamente relevante e conforma-se num diferencial positivo, na medida em que é justamente a população quem conhece mais de perto os problemas e os desafios do cotidiano da cidade. Nesse sentido, não só é recomendável, mas fundamental escutá-la. Por outro lado, uma vez que o plano se pretende como um projeto que deve ser compartilhado e pactuado também na sua execução, era necessário engajar os munícipes de Diadema desde o início do processo.

A sucessão de audiências foi marcada pela intensa participação da população, que se mostrou sensibilizada pelo tema da segurança pública e disposta a praticar o exercício coletivo da construção da paz.

A partir das audiências obtivemos contribuições importantes, muitas das quais estão aqui, incorporadas na versão definitiva do Plano. Além das contribuições em si, o processo também foi importante para despertar o interesse na própria implementação das propostas, que também deve ser avaliada e acompanhada de perto pela população.

Finalmente, vale apontar que submeter um plano de segurança à consulta pública representa a consolidação de uma forma inédita de construção de políticas públicas nessa área. O movimento de trabalho coletivo já havia sido iniciado com a parceria estabelecida entre a Prefeitura de Diadema e o Instituto Sou da Paz. Incluir a sociedade civil nesse diálogo significou enfrentar um novo conjunto de desafios relacionados às expectativas e à orquestração de uma multiplicidade de vozes. Mas foi também um avanço incontestável na formulação de políticas de prevenção à violência, que definitivamente garantirá resultados ainda melhores e mais duradouros.

Articulação de Políticas- Contribuições das Secretarias Municipais e de Especialistas

O Plano também foi apresentado e discutido com aquelas secretarias cuja interface de ações era mais imediata - Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Cultura, Secretaria de Habitação, Secretaria de Transportes e a Fundação Florestan Fernandes. O resultado de tais discussões já figura em algumas partes do Plano. O saldo mais importante desse exercício, contudo, foi a possibilidade de identificar os respectivos projetos que dialogam diretamente com as propostas apresentadas e dar início a um processo de planejamento conjunto que deve marcar toda a sua execução.

Por fim, o documento Inicial do Plano foi submetido e debatido com especialistas de todo o Brasil, reconhecidos na área de Segurança Pública, Médica, Urbanização, Gênero, Psicologia, entre outras, ampliando assim os canais de diálogo e colaboração.

VI. Compromissos, Desafios e Ações

Como resultado, apresentamos um Plano de ação dividido em três grupos de prioridades: (a) criminalidade e fatores potencializadores; (b) gestão; e (c) urbanização. O Plano está dividido em tópicos que correspondem a 17 compromissos assumidos pelo Poder Municipal. Além de um breve diagnóstico de cada desafio a ser enfrentado, apresentamos também as ações demandadas, os atores envolvidos e os resultados esperados.

Tais prioridades dialogam com o sucesso alcançado por um conjunto de políticas já implementadas, experiências bem sucedidas em outros lugares do Brasil e do mundo e um conjunto de soluções para os desafios dessa nova etapa. Ademais, estas se inserem em um modelo de segurança pública cidadã, fundamentado na eficiência e no respeito aos direitos humanos.

Trata-se de um Plano de ação amplo, que esperamos ser capaz de reduzir a criminalidade como um todo, mas cujo foco está na defesa da vida e da convivência pacífica entre os moradores de Diadema.

Finalmente, para que ele tenha sucesso, é necessário que seja executado pelo Poder Municipal em suas diversas instâncias, em parceria com a Sociedade Civil e com os demais órgãos de segurança que atuam no Município. A implementação e gestão do Plano estão centradas na Secretaria de Defesa Social. Sua execução, no entanto, é compartilhada. É justamente esse empenho conjunto que fará de Diadema uma cidade ainda mais segura.

II Plano Municipal de Segurança de Diadema

A) Criminalidade e Fatores Potencializadores

Compromisso 1 – Intensificar a redução do número de homicídios

Entre os anos de 1999 e 2004, como resultado de um conjunto de ações integradas, a taxa de homicídios caiu drasticamente em Diadema (65,2%), revertendo o quadro da criminalidade violenta da região. No entanto, ela ainda é alta se comparada à média do estado de São Paulo e dos municípios vizinhos. Além disso, crimes contra a pessoa, em especial os homicídios, são, em qualquer proporção, graves e devastadores, independentemente do número de vítimas envolvidas.

Os fatores que potencializam os homicídios são muitos: o tráfico de drogas, o fácil acesso à arma de fogo, brigas, etc. De acordo com uma análise feita pelo DHPP – Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa do Estado de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2005, 80% dos homicídios no Município de São Paulo, por exemplo, aconteceram a um quilômetro das residências, tanto das vítimas, quanto dos autores dos crimes. Desses, 61% foram cometidos a menos de 500 metros de onde moravam, o que mostra claramente que havia uma relação prévia entre autor e vítima. Isto é, estamos falando de mortes causadas por aquilo que chamamos de “motivos fúteis”. Esses são casos em que as pessoas perdem e tiram a vida uma das outras em situações banais: brigas de trânsito, desentendimentos em bares ou ainda conflitos dentro de suas próprias casas, quando agressões físicas são substituídas por tiros.

A Secretaria de Defesa Social conta hoje com informações precisas sobre o local de ocorrência, horário e faixa etária das vítimas desses crimes. Em Diadema os assassinatos atingem preferencialmente homens, entre 16 e 30 anos, aproximadamente, e 50% se dão entre 23h e 6h, sendo a grande maioria cometida em vias públicas, próxima a bares.

De posse dessas informações, a Prefeitura e a Secretaria de Defesa Social de Diadema implementaram uma série de ações que, em conjunto, contribuíram para a redução dos homicídios. Referimo-nos à Lei de Fechamento dos Bares, às campanhas de desamamento, ao posicionamento preventivo das forças policiais, além dos projetos de intervenção voltados para a juventude e a articulação com as políticas estaduais.

O número de homicídios que ainda ocorre na cidade não é desprezível e os indícios e políticas desenvolvidas apontam que sua redução definitiva passa pelo enfrentamento dos homicídios ligados ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Em casos como esse, é preciso avançar na investigação para descobrir as verdadeiras motivações desses crimes e qualificá-los para, finalmente, elaborar uma estratégia eficaz de atuação. Durante esse processo, torna-se importante também aproximar o Ministério Público e o Poder Judiciário das investigações para que tenhamos assim uma abordagem abrangente da problemática dos homicídios.

O avanço na redução dos homicídios é um compromisso fundamental de Diadema que, para ser bem sucedido, deve enfrentar os seguintes desafios:

Desafio 1	Aprimorar a investigação e envolver o Ministério Público e Poder Judiciário no processo de investigação de homicídios em Diadema
Justificativa	Em 2000, a taxa de homicídios em Diadema era de 75,91 ocorrências por 100 mil habitantes. Ou seja, 271 mortos no ano. Em 2004, apesar de ainda alta, a taxa baixou para 34,58, ou seja, 129 assassinatos. Uma investigação integrada e mais aprofundada vai auxiliar a identificação da autoria e motivação desses crimes, permitindo atuar decisivamente em sua redução.
Ação 1.1	Analisar cada caso de homicídio, em parceria com a Polícia Civil, de maneira a identificar outros elementos que permitam traçar o perfil dos autores, das vítimas e, principalmente, da motivação dos crimes.
Atores Envolvidos	Polícia Civil, Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Todos os casos de homicídio do Município analisados.
Ação 1.2	Realizar reuniões mensais entre a Secretaria de Defesa Social, a Polícia Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Polícia Civil, Ministério Público, Poder Judiciário.
Resultados Esperados	Doze reuniões realizadas.

Desafio 2	Reduzir o número de homicídios ligados ao tráfico de drogas
Justificativa	Informações obtidas junto à Guarda Civil Municipal e às polícias estaduais apontam que, hoje, o tráfico de drogas, é responsável por grande parte dos homicídios ocorridos em Diadema.
Ação 2.1	Apoiar o combate ao tráfico de drogas. (ver compromisso 4).
Atores Envolvidos	Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Diminuição do número de homicídios ligados ao tráfico de drogas.
Ação 2.2	Intensificar a apreensão de armas nas áreas mais afetadas pelo tráfico de drogas. (Ver Compromisso 6).
Atores Envolvidos	Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Redução do número de armas nas mãos do tráfico e limitação de sua circulação.

Desafio 3	Reduzir os homicídios resultantes dos conflitos interpessoais
Justificativa	Ainda que esses crimes tenham sido reduzidos drasticamente nos últimos anos, Diadema segue enfrentando problemas com o alto número de homicídios causados por situações cotidianas, nos quais a presença da arma, do álcool e a valorização da cultura da violência são fatores decisivos para que um conflito simples acabe em morte.
Ação 3.1	Intensificar as ações de desarmamento (ver Compromisso 6).
Atores Envolvidos	Polícia Civil e Polícia Federal.
Resultados Esperados	Mais armas entregues.
Ação 3.2	Promover a Cultura de Paz (ver compromisso 7).

Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Redução dos conflitos interpessoais e do uso da violência como ferramenta primordial para a solução de problemas cotidianos.

Compromisso 2 – Criar e implementar Políticas Públicas inovadoras de prevenção da violência, voltadas para a Juventude

Hoje, no Brasil, assim como no resto do mundo, adolescentes e jovens são os principais alvos da criminalidade violenta. Os jovens se alternam nos papéis de vítima e agressor, revelando um quadro dramático, explicado por um conjunto de causas, entre elas a exclusão social, a desarticulação da família, o desemprego, a baixa escolaridade e a falta de perspectivas numa etapa tão determinante da vida. As versões do envolvimento desses jovens com a criminalidade são muitas: associação com o tráfico de drogas, depredação do espaço público, roubos e furtos, e, finalmente, o mais grave: os homicídios. O Brasil tem hoje a maior taxa de homicídios de jovens entre de 15 a 24 anos e o Estado de São Paulo tem a 4ª maior taxa do país, 58,5 para cada 100 mil habitantes (a média nacional é 39,7 para cada 100 mil). No Brasil, os homicídios são a primeira causa de morte por motivos externos entre jovens de 15 a 24 anos, superando causas naturais e acidentes de trânsito⁴.

Em Diadema, observamos uma reprodução desse cenário. A faixa etária que compreende dos 16 aos 30 anos concentra a maior parte dos homicídios ocorridos no Município - 61,8%. Ainda que o número de adolescentes oriundos de Diadema venha caindo, ainda estamos falando de cerca de 80 internos na FEBEM e 150 cumprindo a medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida.

A despeito dos projetos desenvolvidos na região e das Organizações Não Governamentais que promovem trabalhos nessa área, há ainda um grande caminho a ser percorrido. O jovem envolvido com a criminalidade é hoje um desafio urgente, complexo e transversal, que demanda, portanto, ações também complexas, integradas, capazes de mobilizar diversos setores da sociedade e do Poder Público no processo de criação de uma Cultura Juvenil de Paz, pautada na garantia de direitos e evocando respeito à cidadania.

Sabemos que hoje não é possível desenhar políticas voltadas para esse segmento etário sem dar voz ativa às suas demandas. Nesse sentido, as propostas apresentadas a seguir passam pela ampliação, qualificação e diversificação dos projetos voltados aos jovens, implicando maior envolvimento e representatividade de grupos juvenis no debate e construção das políticas voltadas para a juventude.

Desafio 1	Articular transversalmente políticas públicas de prevenção para a juventude
------------------	--

⁴ Dados do Ministério da Saúde para o ano de 2004.

Justificativa	Nos últimos anos, as políticas públicas incorporaram projetos voltados para os problemas específicos da juventude. Para garantir a eficácia de tais ações a própria juventude foi agregada como parte da solução, seja ouvindo suas demandas e sua percepção dos problemas, seja investigando suas motivações e perspectivas. Sendo a violência um dos problemas que mais afeta os jovens, é preciso pensar em políticas de prevenção sob essa mesma perspectiva, isto é, ações transversais e articuladas, centradas em um órgão que possa estabelecer o diálogo com os executores dessas políticas e com os grupos juvenis.
Ação 1.1	Incluir a Prevenção da Violência como tema prioritário na agenda do Centro de Referência da Juventude.
Ação 1.2	Realizar capacitação para o Centro de Referência da Juventude e parceiros na área de Juventude e prevenção da violência.
Atores Envolvidos	Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Educação, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Prevenção da Violência como um dos objetivos prioritários do Centro de Referência da Juventude, direcionando seu trabalho e otimizando sua atuação.
Ação 1.3	Fortalecer o Centro de Referência da Juventude como órgão que articula todos que trabalham com juventude na cidade.
Atores Envolvidos	Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Educação, Secretaria de Governo.
Resultados Esperados	Articulação, por parte do Centro de Referência da Juventude, entre os diferentes atores que trabalham com juventude.
Ação 1.4	Garantir a participação do Centro de Referência da Juventude no Grupo Gestor do Plano Municipal de Segurança.
Atores Envolvidos	Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Governo.
Resultados Esperados	Inclusão da juventude como tema transversal presente na execução do Plano.
Ação 1.5	Garantir a participação do Centro de Referência da Juventude no Conselho Municipal de Segurança.
Atores Envolvidos	Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Defesa Social, Conselho Municipal de Segurança.
Resultados Esperados	Representação do Centro de Referência da Juventude no Conselho Municipal de Segurança.
Ação 1.6	Garantir que o Centro de Referência da Juventude represente a juventude de Diadema e conheça suas demandas na área de segurança.
Atores Envolvidos	Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Doze reuniões entre Centro de Referência da Juventude e lideranças juvenis, entre agosto de 2005 e agosto de 2006.

Desafio 2	Conhecer melhores jovens da cidade de Diadema
Justificativa	A informação é um elemento valioso na elaboração de políticas públicas. No que se refere à juventude, podemos dizer que, ao mesmo tempo em que marca um momento singular da vida e distingue os jovens do resto da sociedade, ela não pode ser compreendida como uma só, isto é, é preciso entendê-la também na sua diversidade. Nesse sentido, para planejar e qualificar projetos voltados para a juventude é fundamental conhecê-la em profundidade em suas distintas manifestações.
Ação 2.1	Realizar pesquisa qualitativa e quantitativa para traçar o perfil da juventude em Diadema, incluindo aqui os jovens em situação de risco e envolvidos com a criminalidade. O resultado dessas pesquisas deverá mostrar: a história de vida desses jovens, suas perspectivas para o futuro, eventuais crimes cometidos, motivações que levam ao envolvimento com a criminalidade, sua percepção sobre o tema da violência, entre outros assuntos.
Ação 2.2	Buscar parceiro financiador para a realização da pesquisa.
Atores Envolvidos	Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Defesa Social, Instituto Sou da Paz.

Resultados Esperados	Pesquisa concluída em agosto de 2006.
-----------------------------	---------------------------------------

Desafio3	Ampliar e qualificar os projetos voltados para a juventude em situação de risco social
Justificativa	Ainda que hoje os jovens sejam autores e vítimas preferenciais da criminalidade, são poucas as políticas e programas de juventude desenhados especificamente para contribuir com a redução da violência. Uma melhor compreensão desses projetos vai auxiliar a consolidação das boas práticas existentes e a criação de novas
Ação3.1	Avaliar o impacto – na perspectiva da prevenção da violência – dos projetos existentes em Diadema.
Atores Envolvidos	Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Defesa Social, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Dois relatórios sobre o impacto preventivo dos projetos sociais para jovens em situação de risco em Diadema. Primeiro relatório previsto para janeiro de 2006 e segundo para agosto de 2006.
Ação3.2	Desenvolver novos projetos com foco na prevenção da violência, com base nos relatórios e nos programas em curso nas outras secretarias.
Atores Envolvidos	Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Defesa Social, parceiro externo.
Resultados Esperados	Atenção àquelas demandas juvenis até então não atendidas.

Compromisso3 – Combater a Violência Intrafamiliar

A violência intrafamiliar é um problema grave e bastante disseminado na sociedade brasileira, afetando a população de maneira aguda, sem privilegiar, ao contrário do que imagina o senso comum, nenhum estrato social econômico ou cultural específico.

Podemos nomear diversos tipos de violência intrafamiliar, algumas mais explícitas e concretas do que outras. Violência física, abuso sexual, agressões morais, negligência e maus tratos são apenas alguns exemplos. Todas, no entanto, são extremamente graves e injustificáveis e afetam mulheres, homens, idosos e crianças, desestruturando a família como um todo, com conseqüências que extrapolam o ambiente familiar.

Segundo dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001, aproximadamente uma em cada cinco brasileiras (praticamente 19% da população) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem. A mesma pesquisa projeta que no país, uma mulher é espancada a cada 15 segundos. Não há dúvida de que as mulheres são vítimas privilegiadas desse tipo de crime. Não obstante, a Unicef estima que, no Brasil, 18 mil crianças e adolescentes são espancados diariamente. Pesquisas mostram que em mais de 90% dos casos de violência praticada contra crianças e adolescentes, o agressor é um parente da vítima.

A violência contra o idoso representa outro problema antigo e de pouca visibilidade na sociedade brasileira. Diversos estudos apontam os idosos como um dos últimos grupos a entrar na pauta de diagnóstico e estratégias de prevenção quando o assunto é violência. Segundo dados recentes, dos 14 milhões de idosos no Brasil, cerca de 10% sofrem atos de violência ou negligência e, assim como no caso das agressões a crianças e adolescentes, cerca de 90% desses casos ocorrem no ambiente familiar.

A gravidade do problema se manifesta em dois sentidos: por um lado, inflige grandes doses de sofrimento às vítimas, que comprovadamente podem ter afetado seu desenvolvimento, tanto do ponto de vista físico quanto emocional. Por outro, sua natureza intrafamiliar faz com que esse tipo de abuso seja ainda mais difícil de ser percebido, denunciado e evitado. Podemos dizer que o silêncio, nesse caso, é cúmplice da violência.

De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, da Delegacia da Mulher de Diadema e da Casa Beth Lobo, os índices de violência contra mulher vêm caindo nos últimos anos no Município. Entre os anos de 2003 e 2004, houve uma redução de 5,5% do crime de lesão corporal, 28% dos casos de ameaça, e 50% nos casos de estupro. Comparativamente aos outros municípios da região do grande ABC, Diadema – juntamente com Santo André – foi um dos poucos municípios que conseguiu reduzir esses índices. De maneira geral, as causas da redução nos índices se ancoram nos seguintes fatores: a existência da Delegacia da Mulher, a implementação da Lei Seca, além do trabalho de algumas ONGs que atuam na região.

No entanto, de acordo com o LACRI (Laboratório de Estudos da Criança) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, foram registradas no ano de 2004, em Diadema, 185 casos de violência física e 167 casos de violência psicológica contra menores de 18 anos do sexo feminino. No ano de 2005, no período de janeiro a junho, foram

registrados 5 casos de estupro, uma média de quase um estupro por mês; e também 22 casos de lesão corporal dolosa (dados da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Diadema). Ainda que tais dados possam ser resultado de um real aumento no número de casos, ou um reflexo do aumento de notificações, estamos falando de um quadro grave, que merece atenção e ações imediatas.

Dado que esse não é somente um problema da justiça, mas também de saúde pública, educação e assistência social, seu diagnóstico, assim como as estratégias de prevenção e atendimento, devem ser pensadas e executadas envolvendo todas essas áreas. Assim sendo, propomos aqui os seguintes desafios e ações:

Desafio 1	Reduzir a sub-notificação dos casos de violência intrafamiliar
Justificativa	Ainda no que se refere às estatísticas, sabemos que a violência intrafamiliar é um dos crimes que mais enfrenta o problema da sub-notificação. Por exemplo, estima-se que uma em cada duas mulheres violentadas não denuncia a agressão.
Ação 1.1	Realizar campanha de conscientização sobre a importância e os benefícios da denúncia de violência contra homens, mulheres, idosos e menores de idade, alertando para os riscos da omissão e informando os canais existentes.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Saúde, Secretaria da Assistência Social e Cidadania, Casa Beth Lobo, Delegacia da Defesa da Mulher, CRAMI (Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância), OAB, IML (Instituto Médico Legal), Conselho Tutelar.
Resultados Esperados	Campanha realizada entre setembro de 2005 e agosto de 2006 e conseqüente aumento dos casos notificados.
Ação 1.2	Estabelecer parceria com serviços públicos de saúde (hospitais públicos, Unidades Básicas de Saúde) para qualificar e registrar os atendimentos que indicarem violência intrafamiliar, em especial contra a mulher, de acordo com a Lei No. 10.778 de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Saúde, Delegacia da Defesa da Mulher, Secretaria de Educação.
Resultados Esperados	Parceria estabelecida. Melhor atendimento prestado às vítimas de agressão e maior grau de notificação desses casos, por parte dos profissionais da saúde.
Ação 1.3	Capacitar agentes de saúde do Programa Saúde em Casa, Diretores(as) de Unidades Básicas de Saúde e Diretores(as) de EMELs para que estes aproveitem sua rotina de trabalho para identificar e notificar eventuais casos de violência.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde.
Resultados Esperados	Agentes de saúde, Diretores(as) de Unidades Básicas de Saúde e Diretores(as) de EMELs capacitados para identificar e notificar agressões.
Ação 1.4	Capacitar profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, agentes de saúde e outros) para estimular a família a notificar os casos de agressão, sensibilizando para a importância desse gesto e informando os canais existentes.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Saúde, Delegacia da Defesa da Mulher.
Resultados Esperados	Profissionais da saúde capacitados para orientar e estimular vítimas de agressões a notificar casos.

Desafio2	Consolidar a Rede de atendimento e apoio às vítimas de violência intrafamiliar
Justificativa	O atendimento à vítima é uma etapa fundamental para a eficácia das ações de combate à violência cometida no âmbito familiar. É preciso garantir um ciclo de atendimento completo que aumente o número de casos solucionados, evitando assim a repetição das agressões, e diminua o risco das vítimas durante o processo de denúncia, aprimorando a qualidade do atendimento oferecido.
Ação2.1	Desenhar o ciclo de atendimento, identificando a atuação de cada parceiro dentro da Rede.
Atores Envolvidos	RAVIS (Rede de Atenção à Violência Sexual), Secretaria de Saúde, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Habitação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Casa Beth Lobo, Delegacia da Defesa da Mulher, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, OAB, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano.
Resultados Esperados	Protocolo de Compromisso e Implantação da Rede de Prevenção e Atendimento à Mulher em Situação de Violência assinado no dia 12 de agosto e, posteriormente, Rede em funcionamento.
Ação2.2	Divulgar a existência do serviço (Rede), ciclo e postos de atendimento.
Atores Envolvidos	RAVIS (Rede de Atenção à Violência Sexual), Secretaria de Saúde, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Habitação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Casa Beth Lobo, Delegacia da Defesa da Mulher, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, OAB, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano.
Resultados Esperados	População ciente da existência e localização dos postos de atendimento.

Desafio3	Aprimorar a qualidade da informações sobre a violência intrafamiliar em Diadema
Justificativa	Em Diadema, o acompanhamento das estatísticas de violência intrafamiliar é resultado da combinação de números oriundos de fontes diversas. No caso específico da violência contra a mulher, essa informação resulta dos boletins de ocorrência registrados na Delegacia da Mulher e do número de atendimentos realizados na Casa Beth Lobo. É preciso unificar as fontes de informação, criando um único mecanismo de coleta e divulgação dos dados.
Ação3.1	Criar um sistema único de registro dos crimes cometidos, considerando todas as etapas desse processo – coleta, registro, integração e divulgação dos dados – tomando por base de dados as ocorrências registradas na Delegacia da Mulher e os atendimentos realizados na Casa Beth Lobo, as informações do Conselho Tutelar e de outras Delegacias.
Atores Envolvidos	RAVIS (Rede de Atenção à Violência Sexual), Secretaria de Saúde, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Habitação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Casa Beth Lobo, Delegacia da Defesa da Mulher, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, OAB, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano.
Resultados Esperados	Consolidação de um sistema integrado de registros sobre a violência intrafamiliar, com informações mais próximas da realidade.

Desafio4	Conscientizar a população de Diadema das causas, tipos e efeitos de violência intrafamiliar
Justificativa	A violência intrafamiliar é resultado de uma associação de fatores, e não de uma única causa. É fundamental conscientizar a população das raízes culturais das práticas violentas e suas múltiplas formas, das consequências nefastas à sociedade com um todo e, principalmente, dos direitos das mulheres, crianças e idosos.
Ação4.1	Apoiar a realização do “Projeto Mulher” da Secretaria de Habitação.
Atores Envolvidos	Secretaria de Habitação, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Comunicação.

Resultados Esperados	Projeto implementado nos Núcleos Habitacionais, trabalhando temas como cidadania, saúde integral e planejamento de vida.
Ação 4.2	Implementar projeto da Secretaria de Assistência Social “Mulher viva a vida em cada ato”.
Atores Envolvidos	Secretaria de Saúde, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Casa Beth Lobo.
Resultados Esperados	10.800 mulheres/pessoas diretamente beneficiadas. 32.400 pessoas indiretamente beneficiadas, membros da composição familiar das mulheres atendidas.
Ação 4.3	Participar da implementação da campanha contra a violência sexual, voltada para escolas municipais e estaduais, hospitais e UBS (Unidade Básica de Saúde). Campanha consiste no esclarecimento de qual é a melhor forma e a mais eficiente de notificar a violência sexual.
Atores Envolvidos	Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, RAVIS (Rede de Atenção à Violência Sexual), Guarda Civil Municipal, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Casa Beth Lobo, IML (Instituto Médico Legal), Secretaria de Defesa Social
Resultados Esperados	Campanha implementada, com cartazes colados em escolas e hospitais em Diadema.

Desafio 5	Assegurar o atendimento – sócio-educativo ou psicoterapêutico – ao agressor
Justificativa	Incluir os agressores – em especial os homens – na discussão sobre os modelos de masculinidade que predominam na sociedade e sua relação com o uso da violência para a solução de conflitos é um passo fundamental para diminuir os casos de agressões praticadas e aumentar suas percepções sobre o papel masculino nas questões relacionadas à violência intrafamiliar e a promoção de uma Cultura de Paz.
Ação 5.1	Consolidar a implementação do programa “Masculinidade e Saúde”
Atores Envolvidos	Centro de Educação para a Saúde – CES, Previm, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Educação, Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Programa implementado.

Compromisso 4 – Colaborar nas ações de combate ao tráfico de drogas

O tráfico de drogas é um dos grandes problemas que atualmente afetam a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, é um dos temas de segurança e criminalidade que mais tem apresentado desafios ao Poder Público. Em diversas regiões do país, as organizações criminosas à frente do tráfico são responsáveis por enormes doses de violência, gerando medo e insegurança para a população como um todo.

Além do comércio ilegal de drogas, o tráfico se desdobra numa série de outras consequências danosas à sociedade. Em primeiro lugar, está diretamente associado à criminalidade violenta, sobretudo aos homicídios, sendo um dos grandes responsáveis pelo alto número de mortes em determinadas regiões da cidade. Ele é também a porta de entrada preferencial para o tráfico de armas, que é, como sabemos, um catalisador de mortes.

A atuação do tráfico ainda atrai e alicia primordialmente jovens, que enxergam nesse tipo de atividade uma oportunidade de obtenção de renda, prestígio e respeito no interior da sua comunidade. Sabemos, no entanto, que essa opção se dá diante de uma vida de poucas oportunidades, e que jovens envolvidos com o tráfico têm mais chance de morrer prematuramente, ou mesmo de ter seu futuro pessoal e profissional comprometido, uma vez que é muito difícil deixar esse universo.

Por fim, sabemos que as organizações do tráfico impõem uma série de regras à população das comunidades onde atuam. Esta vê sua vida cercada por uma lei silenciosa e é obrigada a se submeter aos toques de recolher, horário de saída e entrada na sua própria comunidade, entre outras tantas restrições e imposições. Uma comunidade que vive sob o mandato do tráfico, vive com medo, sem mesmo ter coragem de denunciar esse tipo de crime à polícia.

O combate ao tráfico se dá em esferas e gradações diversas, que vão desde o controle de fronteiras, para evitar o tráfico internacional, a identificação dos pontos de venda, até blitz e batidas diárias em pontos específicos da cidade. Nesse sentido, é preciso circunscrever a esfera de atuação do Poder Municipal, que, sem dúvida, tem um papel estratégico a cumprir.

Desafio 1	Criar canais alternativos e seguros de denúncia para a população
Justificativa	Por estar mais próxima aos acontecimentos do dia-a-dia e por ser uma das principais vítimas da violência provocada pelo tráfico de drogas, a população é uma fonte de informação privilegiada. No entanto, a exposição e o medo, muitas vezes, fazem com que as pessoas evitem denunciar esse tipo de crime.
Ação 1.1	Criar e divulgar um Disque Tráfico na Guarda Civil Municipal que garanta o absoluto anonimato dos denunciantes.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Disque Tráfico criado e conseqüente aumento do número de denúncias de crimes relacionados ao tráfico de drogas na cidade.

Desafio 2	Tratar o tema do tráfico de maneira particular, tanto nos espaços de formação, quanto nos projetos de intervenção desenvolvidos pela Prefeitura
Justificativa	Sendo o tráfico um desafio complexo, seu enfrentamento demanda ações transversais e foco preciso, como é o caso dos jovens que já estão envolvidos com essa atividade, para quem projetos tradicionais não têm a mesma eficácia. Por outro lado, é preciso apostar também em ações inovadoras de prevenção, evitando, assim, que novos jovens sejam arregimentados por essas organizações.
Ação 2.1	Criar uma oficina de discussão e trabalho sobre tráfico de drogas no interior do Grupo de Gestão do II Plano Municipal de Segurança.
Atores Envolvidos	Grupo de Gestão do II Plano Municipal de Segurança.
Resultados Esperados	Ampliação do conhecimento sobre o tema do tráfico e conseqüente qualificação das políticas públicas de enfrentamento do problema.
Ação 2.2	Desenvolver projetos específicos para os jovens que já estão envolvidos com o tráfico de drogas.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Habitação, Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Projeto piloto desenvolvido em uma região da cidade criticamente afetada pelo tráfico de drogas.
Ação 2.3	Incluir o tema do tráfico de drogas nos módulos de Cultura e Paz que serão aplicados nas escolas Municipais para Coordenadores, Professores, Pais, e Alunos. (ver compromisso 7)
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Centro de Referência da Juventude, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Educação.
Resultados Esperados	Inclusão do tema do tráfico de drogas nos módulos de Cultura de Paz e um conseqüente reforço no trabalho de educação preventiva.

Compromisso5 – Promover a Cultura de Paz nas escolas

A escola é espaço de natural concentração de um grande contingente de crianças e adolescentes. Em muitas áreas periféricas das cidades, elas ainda são os únicos equipamentos públicos encontrados. Por esses motivos, podemos dizer que as escolas são espaços privilegiados para outras atividades além da educação formal.

Atualmente, escolas públicas enfrentam graves problemas relacionados à violência: depredação do espaço, agressão verbal entre alunos e professores e entre os próprios alunos, incluindo crimes graves como violência física e tráfico de drogas. Tal situação é foco de atenção tanto pela violência em si, quanto pelo valor simbólico de violação de um espaço de segurança para pais e alunos. Conseqüentemente, tanto a qualidade do ensino quanto o próprio cotidiano da escola são afetados.

Pesquisas recentes mostram que, em ampla medida, a violência na escola é um reflexo da violência no seu exterior, uma vez que as desigualdades, injustiças e situações de exclusão acabam sendo reproduzidas no ambiente escolar e esse, que deve ser um espaço seguro, onde prevaleçam respeito e o diálogo, acaba por se tornar mais um espaço do medo.

Ainda que as escolas municipais não sejam alvo primordial desse tipo de situação de violência, elas são espaço de formação de cidadãos que, no futuro, frequentarão as escolas que hoje são vítimas desse problema. Logo, é relevante um trabalho preventivo de formação, apostando na educação para a paz, para o respeito, justiça e cidadania.

A Guarda Civil Municipal de Diadema já desenvolve hoje nas escolas municipais o projeto “Educando para Vida”, dirigido a alunos da 4ª série, com o objetivo de conscientizá-los sobre os perigos das drogas, além de trabalhar sua auto-estima, relacionamento e cidadania. Da mesma maneira que desenvolve esse projeto, a Guarda Civil Municipal poderia atender outras demandas das escolas e da comunidade nessa mesma direção. Para tanto, é necessário promover um processo de escuta de professores, diretores, pais e alunos, sobre os problemas enfrentados, suas demandas, além de elaborar, em conjunto, atividades a serem desenvolvidas no interior das escolas.

Sabemos ainda que escolas abertas nos finais de semana contribuem para a redução dos índices de violência local já que são mais um espaço de mobilização e integração da comunidade, tanto os alunos quanto as suas famílias podem usufruir o espaço.

Desafio 1	Desenvolver atividades de Educação para a Paz nas Escolas Municipais de Diadema
Justificativa	A escola, enquanto espaço de formação privilegiado de crianças e jovens e equipamento público capaz de mobilizar a comunidade, é um campo rico em possibilidades para a educação para a paz.
Ação 1.1	Dar continuidade ao projeto “Educando para a vida”.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	2.500 crianças e adolescentes atendidos entre o segundo semestre escolar de 2005 e o primeiro semestre de 2006.
Ação 1.2	Desenvolver módulos de Educação para a Paz específicos para alunos, famílias, professores e coordenadores envolvidos com as Escolas Municipais, oferecendo-os também para Escolas Estaduais.
Atores Envolvidos	Secretaria de Educação, Conselhos de Compromissos, Secretaria de Defesa Social, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Módulos criados e implementados.
Ação 1.3	Realizar Campanha de desarmamento infantil (campanhas, trabalhos temáticos, caminhadas, entrega das armas de brinquedos, entre outros) nas Escolas Municipais de Diadema, no período de 8 de agosto até 2 de outubro.
Ação 1.4	Garantir a realização anual da Campanha de desarmamento Infantil.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal e Abril Cultura.
Resultados Esperados	Desarmamento infantil realizado em toda rede de Escolas Municipais – 53 unidades – no período estipulado e periodicidade anual.
Ação 1.5	Crear Conselhos de Compromisso envolvendo diretores, professores, pais, alunos e a Guarda Civil Municipal para discutir os problemas enfrentados pela escola, demandas da comunidade e sugestões de atividades a serem desenvolvidas e implementar programa de ações.
Atores Envolvidos	Secretaria de Educação, Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Maior entrosamento entre a Guarda Civil Municipal e a comunidade escolar.

Desafio 2	Apoiar a Secretaria de Educação na consolidação do programa Escola de Todos
Justificativa	Esta é uma recomendação do Governo Federal e da UNESCO, que observaram redução de até 60% dos índices de violência nas regiões onde ela foi acolhida. Uma das premissas para que ela seja efetivada, é a garantia da presença da Guarda Civil Municipal nas escolas nos finais de semana, quando os funcionários regulares não estão disponíveis.
Ação 2.1	Disponibilizar efetivo da Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Secretaria de Educação, Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Efetivo presente em todas as ações do programa Escola de Todos.

Desafio 3	Aprimorar a segurança escolar
------------------	--------------------------------------

Justificativa	A garantia da manutenção da paz nas áreas próximas às escolas diminui as chances reais de que estudantes tenham contato com atividades ilícitas e, ao mesmo tempo, consolida a imagem da escola como um lugar seguro.
Ação 3.1	Realizar treinamento específico para a Guarda Civil Municipal que atua nessa área.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Todo efetivo da Guarda Civil Municipal treinada para a boa execução da segurança escolar até agosto de 2006.
Ação 3.2	Implementar um projeto piloto de segurança escolar elaborado pela Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Secretaria de Educação, Secretaria de Defesa Social, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, Conselho Tutelar, Guarda Civil Patrimonial, vigilantes privados e Conselho de Compromisso, comunidade escolar.
Resultados Esperados	Projeto piloto implementado.

Compromisso6 – Combater a sensação de insegurança

Apesar da sensível e generalizada queda na criminalidade em Diadema, a sensação de insegurança da população ainda é um grande desafio para a Prefeitura e para a Secretaria de Defesa Social. Sabemos que as representações acerca da violência e da criminalidade não necessariamente correspondem ao quadro atual desses fenômenos. O eventual sensacionalismo da mídia, as histórias de vítimas que circulam no “boca-a-boca”, o medo que leva ao esvaziamento dos espaços públicos e a falta de informações precisas sobre o assunto são todos fatores que contribuem para o agravamento desse quadro. Uma consequência imediata são as demandas, por parte da população, por intervenções que nem sempre correspondem às reais necessidades locais como, por exemplo, o aumento efetivo ou a presença mais ostensiva da polícia.

As consequências, contudo, não param por aí. A sensação de insegurança leva a uma série de mudanças de comportamento, tais como o aumento dos gastos com segurança privada, medo de andar a pé, abandono dos espaços públicos e o consequente esgarçamento dos laços sociais que, por sua vez, criam um vazio físico e simbólico, gerando espaços propícios para a proliferação da delinquência e da criminalidade. Tais atitudes se retro-alimentam, estabelecendo um ciclo difícil de ser quebrado.

Nesse sentido, é preciso investir em campanhas de conscientização, responsabilidade jornalística, publicizar as reais taxas criminais, bem como as ações e projetos em curso nesse campo.

Desafio1	Trabalhar o jornalismo local, de forma a sensibilizar profissionais da área para a importância de uma cobertura “responsável” no campo da segurança
Justificativa	O tratamento dado pelos jornalistas à cobertura da criminalidade é um elemento fundamental para a redução ou agravamento da sensação de insegurança.
Ação1.1	Realizar bate-papos bimestrais com jornalistas na Secretaria de Defesa Social.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Comunicação.
Resultados Esperados	Seis bate-papos entre jornalistas e Secretaria de Defesa Social, realizados entre agosto de 2005 e agosto de 2006.
Ação1.2	Promover workshops, para os principais Jornais da região, sobre jornalismo e segurança, em parceria com o Instituto Sou da Paz.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Comunicação, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	2 workshops realizados.
Ação1.3	Dar visibilidade aos casos solucionados.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Polícia Civil, Jornais Locais.
Resultados Esperados	O jornalismo local divulgando não apenas casos de violência, mas também os crimes solucionados.
Desafio2	Garantir que a população seja informada sobre o quadro da criminalidade em Diadema, suas causas e efeitos, bem como os avanços no seu combate

Justificativa	O avanço da criminalidade na última década criou, além de uma cultura do medo, uma série de mitos referentes às causas e efeitos da violência. É preciso combater esses mitos, trabalhando na elaboração de políticas fundamentadas em dados reais sobre a criminalidade. Ao mesmo tempo, é preciso garantir que a população tenha acesso a essas informações. Em diversos países, a divulgação das estatísticas criminais foi decisiva para estabelecer uma percepção real dos índices de violência e risco. No caso de Diadema, onde a criminalidade vem diminuindo, a divulgação desses dados teria impacto imediato.
Ação 2.1	Criar Lei municipal que obrigue a Prefeitura a divulgar periodicamente estatísticas criminais, com base na Lei Estadual Número 9155/95.
Atores Envolvidos	Câmara dos Vereadores, Conselho Municipal de Segurança.
Resultados Esperados	Lei municipal criada até agosto de 2006.
Ação 2.2	Disponibilizar trimestralmente para a população, as estatísticas criminais do Município, por meio de um site no qual essas informações possam ser acessadas, a exemplo da Secretaria Estadual de Segurança.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Informações sobre criminalidade acessíveis a todos os cidadãos, via internet, disponibilizadas no site da Prefeitura.
Ação 2.3	Disponibilizar bimestralmente para a imprensa os números e análises da Prefeitura sobre os principais crimes cometidos em Diadema.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Seis relatórios disponibilizados para a imprensa entre agosto de 2005 e agosto de 2006.

Compromisso 7 – Desarmamento

No Brasil, quase 7 entre cada 10 homicídios são praticados com arma de fogo. De acordo com as Nações Unidas, somos o primeiro país onde mais se mata com arma de fogo em todo o mundo, sendo os jovens entre 15 e 24 anos as vítimas preferenciais. Nesta faixa etária, o homicídio com arma de fogo é a primeira causa de morte, superando as causas naturais e até os acidentes de trânsito. Além de tirarem vidas, as armas geram riscos à segurança pública e individual, contribuem para sensação de insegurança, aumentam as situações de instabilidade social e familiar, gerando, com isso, altos custos à economia e ao bem-estar social.

De acordo com uma análise feita pelo DHPP – Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa do Estado de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2005, 80% dos homicídios no Município de São Paulo, por exemplo, aconteceram a um quilômetro das residências, tanto das vítimas, quanto dos autores dos crimes. Desses, 61% foram cometidos a menos de 500 metros de onde moravam, o que mostra claramente que havia uma relação prévia entre autor e vítima. Em termos de seu potencial de auto-defesa, também vemos que as armas são péssimos aliados. De acordo com a Fundação SEADE, uma pessoa armada tem 60% mais chance de morrer em um assalto do que alguém desarmado. Diante de todos estes dados e após forte pressão da Sociedade Civil organizada, em dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento foi sancionado e entrou em vigor, colocando em prática regras que aprimoram o controle sobre a comercialização, porte e registro de armas no país.

Uma das principais medidas do Estatuto foi a Campanha de Recolhimento de Armas, que teve seu lançamento nacional a partir da experiência desenvolvida em Diadema, onde governo, polícia e Sociedade Civil trabalharam juntos. O Município participa da Campanha do Desarmamento, em parceria com o Instituto Sou da Paz, desde o mês de agosto de 2004. Além de criar postos fixos de coleta de armas – os quatro DP's da cidade e a sede da Guarda Civil Municipal –, foi promovida uma campanha itinerante em igrejas do Município, promovendo o recolhimento de mais de 600 armas de fogo no primeiro mês.

Antes disso, desde dezembro de 2002, a Secretaria de Defesa Social, em parceria com a Editora Abril, promove o “Desarmamento Infantil: trocas de armas por revistas infantis”. trabalhando atualmente em todas as 53 escolas municipais.

Dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública mostram que houve um declínio nas taxas de homicídio em vários estados brasileiros. No estado de São Paulo, o número de homicídios caiu 18%. Em Pernambuco a queda foi de 11%. E no Paraná cerca de 20%. A cidade de Diadema também colheu os frutos de sua ação, inclusive do programa de desarmamento, e apresentou uma queda de 20% em seus homicídios entre 2003 e 2004.

Por fim, vale mencionar que em outubro de 2005 ocorrerá o Referendo Nacional que coloca em questão o comércio de armas de fogo para civis no país. Assim, como Diadema foi a primeira cidade a se engajar na campanha do recolhimento de armas, o Município também deve sair na frente na campanha pelo “sim” no Referendo.

A importância do problema e a contundência dos resultados mostram que garantir a continuidade e intensificar as ações de desarmamento em Diadema contribuirá diretamente para manter a taxa de homicídios em queda, fazendo de Diadema uma cidade mais pacífica.

Desafio 1	Dar continuidade às ações de desarmamento estimulando a entrega voluntária de armas
Justificativa	Diadema foi a primeira cidade a se engajar na campanha de recolhimento de armas e os efeitos dessa participação foram imediatos. Desde então, podemos observar uma queda ainda maior dos homicídios na cidade.
Ação 1.1	Manter a Campanha de Entrega Voluntária de Armas, intensificando sua divulgação.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal, Polícia Civil, Polícia Federal, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Consolidação da Campanha de Entrega Voluntária de Armas e maior divulgação.
Ação 1.2	Criar Comitê Municipal pelo Desarmamento.
Ação 1.3	Realizar palestras para organizações da Sociedade Civil sobre desarmamento, estimulando a entrega de armas e o debate sobre o Referendo de outubro de 2005.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Comunicação, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Comitê estabelecido, palestras realizadas, com maior articulação da Sociedade Civil, conseqüente aumento de entrega de armas e maior estímulo ao debate sobre o referendo.
Ação 1.4	Manter em funcionamento os postos de recolhimento de armas.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal, Polícia Federal, Instituto Sou da Paz, Organizações Parceiras.
Resultados Esperados	Postos de recolhimento de armas acessíveis, seguros e abertos.

Desafio 2	Reduzir o número de armas ilegais em circulação
Justificativa	A Campanha de Entrega Voluntária de Armas e a Campanha do Desarmamento Infantil atingem uma parcela da população que, apesar de armada, não está formalmente ligada ao crime. Seu impacto é fundamental na redução de acidentes e dos homicídios por motivos fúteis e contribui para a diminuição do acesso às armas por parte da criminalidade. Entretanto, outras ações diretas também podem intensificar o desarmamento dos criminosos.
Ação 2.1	Realizar blitz, em parceria com as polícias estaduais, nas áreas mais violentas da cidade, visando à apreensão de armas.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal, Polícias Estaduais.
Resultados Esperados	Mais blitz realizadas e maior número de armas apreendidas.
Ação 2.2	Realizar, em parceria com as polícias estaduais, batidas no horário noturno e nos finais de semana, próximas aos locais de grande concentração de pessoas e onde tradicionalmente ocorrem homicídios por motivos fúteis.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal, Polícias Estaduais.
Resultados Esperados	Polícia Federal, Polícia Civil.

Resultados Esperados	Mais batidas realizadas.
Ação 2.3	Identificar as rotas de tráfico de armas que abastecem ou passam pela cidade de Diadema por meio da análise das armas apreendidas e de investigação policial.
Atores Envolvidos	Polícia Federal e Polícia Civil, articuladas com o mapeamento da criminalidade realizado pela Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Conhecimento das rotas de tráfico para melhor atuação das blitz e batidas.

Compromisso8 – Difundir a Cultura de Paz como estratégia contra a Cultura de Violência

Hoje percebemos em nossa sociedade a valorização da cultura da violência e do medo, tanto em âmbito individual quanto coletivo. Tal valorização acaba por influenciar o comportamento de cada cidadão na comunidade, na família ou no trabalho. O clima estressante e difícil dos grandes centros urbanos, aliado aos altos índices de criminalidade cada vez mais alardeados pela mídia faz com que cada indivíduo saia de sua casa munido de uma “armadura invisível”, com medo de tudo e todos. Mas este medo acaba gerando mais desrespeito e intolerância, uma das características da violência velada que hoje é freqüentemente usada para se conquistar respeito, poder, direitos e até bens materiais.

A situação se agrava principalmente entre os adolescentes e jovens, cujo comportamento violento é usado para resolver conflitos e adquirir respeito, poder e reconhecimento. Nas grandes cidades, onde a desigualdade social é maior e está mais aparente, a masculinidade exacerbada que ganha tudo pela força ou pelo uso de armas de fogo, acaba sendo cada vez mais evidente, fazendo com que a implantação de políticas públicas voltadas para uma outra maneira de resolver estes conflitos seja urgente.

No caso de Diadema não é diferente e o impacto da valorização dessa verdadeira “Cultura da Violência” pode ser percebido em vários fatores associados à criminalidade. Um bom exemplo é o sensível crescimento das tentativas de homicídios em contrapartida à queda dos homicídios. Esse tipo de registro aumentou 42,11% entre 2001 e 2004.

Sabemos também, que, em muitos casos, pequenas discussões do dia-a-dia acabam ganhando proporções desmesuradas, podendo até terminar numa tragédia. Daí a importância da criação de espaços de diálogo pelos quais esse tipo de situação conflituosa possa ser resolvida. Para tanto, é preciso aproximar o processo de mediação desses conflitos do foco e da origem dos mesmos.

Para mudar essa realidade, propomos uma série de ações relacionadas com a valorização da “Cultura de Paz”, envolvendo campanhas e projetos que ofereçam maneiras pacíficas de resolver conflitos.

Desafio 1	Promover campanha valorizando a Cultura de Paz
------------------	---

Justificativa	Boa parte dos homicídios ocorre por motivos corriqueiros, decorrentes da aposta na violência como a única maneira de resolver conflitos, ainda que banais. Muitas vezes é no interesse de conquistar o sexo oposto que o jovem adota um comportamento agressivo, apoiado na valorização da Cultura da Violência como forma de garantir espaço, respeito e reconhecimento. A articulação da Sociedade Civil tem um papel fundamental na formação do cidadão e representa uma aliada importante para o estímulo da Cultura de Paz.
Ação 1.1	Reunir grupos da Sociedade Civil – mulheres, jovens e profissionais da educação, saúde e comunicação – para, juntos, elaborarem o conceito da campanha de Cultura de Paz.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Comunicação.
Resultados Esperados	Grupo de discussão formado.
Ação 1.2	Desenvolver e implementar coletivamente a campanha, combinando estratégias de comunicação tradicionais e inovadoras.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Comunicação.
Resultados Esperados	Campanha desenvolvida e implementada.

Desafio 2	Promover a mediação de conflitos a partir dos núcleos habitacionais de Diadema
Justificativa	A resolução de conflitos de maneira violenta muitas vezes é vista como a única alternativa para lidar com questões fundamentais em áreas onde o Estado e a Justiça não se fazem presentes. A descrença nas instituições públicas contribui decisivamente para a aposta no “todos contra todos” e na prevalência da violência como método mais eficaz para conquista ou manutenção de direitos. Em Diadema, pela própria ocupação da cidade, os núcleos habitacionais se caracterizam como centros de grande articulação social comunitária e muitos se constituem em áreas de concentração de conflitos.
Ação 2.1	Identificar locais potenciais e estratégicos para a criação dos centros de mediação.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria da Habitação, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Comunicação.
Resultados Esperados	Mapeamento dos locais mais adequados para instalação dos “Centros de Mediação de Conflitos”.
Ação 2.2	Criar dois “Centros de Mediação de Conflitos” pilotos nos Núcleos Habitacionais.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria da Habitação, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Comunicação.
Resultados Esperados	Dois de “Centros de Mediação de Conflitos” pilotos funcionando em regiões distintas da cidade.
Ação 2.3	Desenvolver cursos de formação de mediadores comunitários, que auxiliariam na resolução não-judicial e pacífica de conflitos, privilegiando a capacitação de pessoas respeitadas pela comunidade e que apresentem perfil compatível com a atividade.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria da Habitação, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Formação de mediadores comunitários.
Ação 2.4	Oferecer cursos e cartilhas com explicações simplificadas sobre a legislação e serviços relativos aos confrontos mais comuns na cidade.

Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria da Habitação, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Cursos oferecidos e cartilhas entregues à população.

Desafio 3	Integrar as ações do Conselho Municipal de Segurança, Conselhos Comunitários de Segurança, e Conselho de Cultura de Paz, criado pela Câmara dos Vereadores, com as ações da Secretaria de Defesa Social
Justificativa	Cada vez mais comuns, os referidos Conselhos são importantes instrumentos de debates sobre o tema da Cultura de Paz e de direcionamento sobre como trabalhá-la na prática. A associação entre os Conselhos e a Secretaria de Defesa Social criará um canal importante de diálogo entre estes órgãos, contribuindo para que a Cultura de Paz seja adotada transversalmente no trabalho da Secretaria, além de auxiliar na criação de projetos específicos.
Ação 3.1	Estabelecer canais de diálogo entre os Conselhos e a Secretaria, por meio de reuniões bimestrais.
Atores Envolvidos	Câmara dos vereadores, Conselho Municipal de Segurança, Conselhos Comunitários de Segurança, e Conselho de Cultura de Paz, Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Cinco reuniões entre setembro de 2005 e agosto de 2006.
Ação 3.2	Garantir representação do Centro de Referência da Juventude no Conselho de Cultura de Paz.
Atores Envolvidos	Câmara dos Vereadores, Conselho de Cultura de Paz, Secretaria de Defesa Social, Centro de Referência da Juventude.
Resultados Esperados	Centro de Referência da Juventude representado no Conselho de Cultura de Paz.

Compromisso9 – Garantir a tolerância e a diversidade de identidades nas políticas públicas de segurança

Apesar dos inegáveis avanços na consolidação das instituições democráticas no Brasil, ainda hoje convivemos com uma série de violações dos direitos fundamentais, inspiradas numa cultura de intolerância, calcada no desrespeito à diversidade, elemento fundante da vida em sociedade.

Tais violações conformam-se num problema grave e multifacetado. Sua solução está diretamente ligada à promoção de uma cultura de tolerância, respeito e Paz, que contemple a diversidade social. A valorização ou a valorização igualitária dos indivíduos não deve ficar condicionada à produção social de uma imagem positiva ou negativa de um traço que identifica um grupo – a cor da pele, o nível de educação, a profissão, a idade, a presença de deficiência física ou mental, o gênero ou a orientação sexual.

Por um lado, esse tipo de preconceito manifesta-se nas práticas cotidianas do cidadão comum que ofende, agride ou ataca minorias, alvos já tradicionais. Por outro, sabemos que, muitas vezes o próprio Estado acaba reproduzindo tais práticas quando dispensa tratamento diferenciado aos iguais perante a lei. Em ambos os casos, não se trata apenas da criminalização do tratamento ofensivo dispensado às minorias, mas de apontar um crime contra a própria democracia.

A Lei Federal Nº 9.459, de 1997, que discorre sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, aponta que posturas de intolerância e discriminação são passíveis de punição e não devem, portanto, acontecer em nenhuma situação, principalmente no seio das instituições públicas.

Com efeito, é preciso garantir o cumprimento da lei em duas frentes. A Guarda Civil Municipal deve ter um olhar treinado para coibir a violência direcionada à essas minorias, ainda que tal violência assuma uma versão mais sutil de preconceito e discriminação. Ao mesmo tempo, a Guarda deve, ela mesma, garantir que a corporação não seja um reprodutor desse exercício, em especial no que se refere às boas práticas de abordagem.

O II Plano Municipal de Segurança Pública de Diadema, pretende, ao abordar esse tema, garantir que todas as identidades sejam tratadas de forma equivalente, tanto jurídica quanto politicamente, afirmando o direito à diversidade.

Desafio 1	Identificar e coibir situações de intolerância e discriminação
Justificativa	Garantir o direito à diversidade, seja ela relacionada à cor da pele, nível de educação, profissão, idade, presença de deficiência física ou mental, ao gênero ou à orientação sexual, significa a consolidação de uma sociedade mais democrática e, portanto, menos violenta.
Ação 1.1	Treinar e sensibilizar a Guarda Civil Municipal para identificar situações dessa natureza.
Resultados Esperados	Temada diversidade e tolerância abordada nos cursos ministrados para a Guarda.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal, parceiro externo.
Ação 1.2	Divulgar o Disque Denúncia da Guarda Civil Municipal também como um meio de denunciar crimes dessa natureza.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Consolidação de um canal de denúncia mais seguro para crimes dessa natureza.

Desafio2	Garantir que a atuação da Guarda Civil Municipal seja pautada nos princípios de respeito à diversidade e aos direitos humanos
Justificativa	Em meio ao conjunto de violações de direitos resultantes das falhas nas instituições democráticas, o Estado não pode ser um reprodutor dessas violações.
Ação2.1	Incluir o tema da diversidade e tolerância no Manual de Abordagem da Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Inclusão do tema no Manual.

B) Gestão

Compromisso 10 - Ampliar a articulação da Secretaria de Defesa Social com as outras secretarias do município

A violência, enquanto fenômeno sociocultural, explica-se em ocorrências diversas. É possível falar em um conjunto de causas: desigualdade social, desemprego, o não exercício da cidadania plena, não garantia dos direitos e a violência institucional - entre tantas outras.

Para compreender, prevenir e combater a violência, temos necessariamente que interpretá-la como um fenômeno com motivações de ordem econômica, social, urbanística e política. Nesse sentido, o combate à violência e à criminalidade demanda ações integradas, tais quais as apresentadas nesse Plano.

Para efetivar essa transversalidade proposta pelo II Plano de Segurança Pública, é fundamental que, além de articular a Sociedade Civil Organizada e o conjunto de cidadãos de Diadema, ele envolva o Poder Municipal e suas diversas instâncias. Em outras palavras, é preciso estabelecer estratégias de ação conjunta entre as diversas secretarias do Município de Diadema que garantam a implementação articulada e bem sucedida do Plano.

Desafio 1	Criar um Grupo de Gestão em Segurança composto pelas secretarias relativas a todas às áreas de atuação do Plano, no Gabinete do Prefeito
Justificativa	Aumentar o número de atores institucionais envolvidos em ações que possam resultar na prevenção da criminalidade. Dessa maneira, o II Plano Municipal de Segurança garante sua execução transversal.
Ação 1.1	Criar Grupo de Gestão.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Governo.
Resultados Esperados	Grupo de Gestão criado no gabinete do Prefeito.
Ação 1.2	Estabelecer metodologia de trabalho do grupo, prioridades de atuação e seu planejamento estratégico, além de articular as ações que já são desenvolvidas pelas secretarias.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Grupo de Gestão, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo grupo ao longo do ano consolidado nos primeiros três meses.
Ação 1.3	Estabelecer um calendário bimestral de reuniões.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Governo.
Resultados Esperados	Seis reuniões entre setembro de 2005 e setembro de 2006

Compromisso 11 – Criar canais alternativos de participação popular na gestão da Secretaria de Defesa Social

A participação popular tem um papel fundamental na gestão municipal: ela é a garantia de democratização da gestão pública uma vez que promove a inclusão de diferentes representantes da Sociedade Civil na construção, implementação e avaliação das políticas públicas.

Garantir a representatividade da diversidade social no Município é uma forma de identificar os grupos sociais e realidades diversas que coexistem na cidade - passo fundamental no diagnóstico dos problemas e na elaboração de políticas específicas e eficazes.

Diadema tem, na sua história, uma longa tradição de participação popular. Os movimentos sociais da região têm uma trajetória de conquistas e parcerias com o Poder Público. No campo da segurança não poderia ser diferente. As políticas de prevenção adotadas pela Secretaria de Defesa Social sempre contaram com um diálogo amplo com a comunidade. Os resultados positivos dessa integração indicam que a ampliação da participação popular só vem contribuir com a redução da criminalidade.

Prevista na Constituição Federal, a participação popular na esfera municipal pode dar-se na forma de conselhos consultivos ou deliberativos, fóruns e associações. A presença de, por exemplo, associações de bairro, comissões de pais ou grupos juvenis na elaboração das políticas públicas de segurança, ou mesmo na forma de audiências públicas, como as realizadas durante o processo de elaboração do Plano. Essas são práticas que garantem que demandas que beneficiam o bem-estar coletivo cheguem ao Poder Público.

Em todos esses formatos, a participação popular traduz o exercício da cidadania plena e é um instrumento enérgico na ocupação física e simbólica do espaço público, favorecendo a mobilização comunitária; todos instrumentos eficazes e essenciais no combate à criminalidade.

Desafio 1	Criar canais alternativos de participação na gestão da política municipal de segurança de Diadema
Justificativa	A construção de políticas públicas em conjunto com a Sociedade Civil é uma das garantias da eficácia dessas ações. A aproximação entre Poder Público e Sociedade Civil é fundamental na medida em que garante informações mais confiáveis, co-responsabilização pelas políticas e o desenho de ações específicas para cada área da cidade. Nesse sentido, é preciso ampliar as possibilidades de ação de seus representantes.
Ação 1.1	Criar fóruns itinerantes para debater bimestralmente o tema da Segurança em cada bairro.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Habitação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Núcleo de Participação Popular, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Seis fóruns realizados entre setembro de 2005 e setembro de 2006.

Ação 1.2	Criar, a partir dos fóruns, Comissões Regionais que possam colaborar no diagnóstico, implementação e monitoramento das políticas de Segurança.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Habitação, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Núcleo de Participação Popular, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Comissões Regionais criadas de acordo com as demandas de cada área da cidade.
Ação 1.3	Promover a capacitação dos participantes das comissões, conselhos, fóruns e associações.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Núcleo de Participação Popular, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Oficinas de capacitação realizadas.
Ação 1.4	Consolidar a metodologia de implementação dos fóruns e comissões.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Um documento registrando o processo e o método utilizado na implementação dos fóruns e comissões.

Compromisso 12 – Investir na formação e no aperfeiçoamento da Guarda Civil Municipal como órgão comunitário e preventivo

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Diadema foi criada como um dos principais instrumentos do Município para melhorar a segurança, atuando em conjunto com as Polícias Civil e Militar no controle da criminalidade. A criação da GCM traduz a aposta da Secretaria de Defesa Social de que uma polícia comunitária, mais próxima à população, é mais eficaz na prevenção e combate à violência e à criminalidade.

Atualmente, a Guarda Civil Municipal conta com o efetivo de 209 guardas, entre 3ª e 1ª classe, mais 12 supervisores, 4 inspetores, 1 chefe de seção, 1 sub-comandante e 1 comandante, todos sob a chefia da Secretária de Defesa Social.

De acordo com o 3º Artigo da Lei Complementar nº 170 de 26 de dezembro de 2002, a GCM de Diadema tem como finalidade principal proteger o patrimônio, os bens, os serviços e as instalações públicas municipais e apoiar a administração no exercício de seu poder de polícia administrativa, desde que respeitada a legislação, a competência federal e estadual, e quando formalmente convocada pela Prefeitura Municipal de Diadema. Deverá atuar especialmente no sentido de: I. Proteger o meio ambiente local; II. Zelar pela segurança dos servidores municipais quando no exercício de suas funções; III. Fazer cessar as atividades que violem as normas de saúde, defesa civil, sossego público, higiene, segurança e outras de interesse da coletividade.

Tais atribuições foram ampliadas no processo de implementação de novas medidas ligadas ao plano “Diadema Segura: a Paz fazendo a Vida Melhor”.

Graças a esse novo perfil da GCM, foi possível, entre outras coisas, dar início ao processo de sistematização das informações criminais, avançar no diálogo com a população local e ampliar o número de atendimentos.

Atualmente, antes de “irem para a rua”, além dos treinos práticos, os GCM passam por 90 dias de aulas sobre temas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, ecologia, cidadania, além de noções básicas de Direito e legislação. A Secretaria de Defesa Social conseguiu consolidar uma imagem e uma prática de policiamento comunitário com ênfase na prevenção, no trabalho próximo ao cidadão, na criação e na execução de projetos nessa direção.

A Guarda é um ator-chave na consolidação do II Plano de Segurança Pública de Diadema. Nesse sentido, é fundamental ampliar e potencializar o seu trabalho e, conseqüentemente, seu impacto. Para tanto, devemos orientar as ações relativas à Guarda Civil Metropolitana partindo de algumas frentes específicas: formação e re-qualificação, gestão, institucionalização dos mecanismos de controle e prestação de contas, além do desenvolvimento de uma política específica de recursos humanos para a própria Guarda.

Desafio 1	Garantir constante formação e re-qualificação da Guarda Civil Municipal
------------------	--

Justificativa	O aperfeiçoamento constante dos quadros da GCM é uma garantia da qualidade do seu trabalho, além de proporcionar aos próprios guardas mobilidade dentro da corporação por meio de concurso interno.
Ação 1.1	Identificar temas e metodologias relevantes para o trabalho da Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal, Parceiro externo.
Resultados Esperados	Lista de temas identificada e discutida com a Guarda Civil Municipal; Novas metodologias de capacitação implementadas.
Ação 1.2	Estabelecer calendário e implementar cursos de formação e re-qualificação da Guarda.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Parceiro externo.
Resultados Esperados	Cursos de formação e re-qualificação realizados.
Ação 1.3	Avaliar a qualidade e os resultados dos cursos realizados.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal, parceiro externo.
Resultados Esperados	Relatório de avaliação apresentando resultados relativos à satisfação da Guarda, do Comando da Secretaria de Defesa Social e pertinência dos cursos oferecidos.

Desafio 2	Adequar o trabalho da Guarda Civil Municipal ao Estatuto do Desarmamento
Justificativa	O Estatuto do Desarmamento, aprovado em 23 de dezembro de 2003, traz uma série de especificações quanto ao uso da arma de fogo por parte dos efetivos das Polícias e das Guardas. Para garantir a qualidade de seu trabalho e a segurança da população, é preciso que seu treinamento e formação estejam de acordo ao Estatuto.
Ação 2.1	Promover formação diferenciada para Guarda Civil Municipal, adequando o uso da arma de fogo à legislação prevista no Estatuto do Desarmamento,
Atores Envolvidos	Secretaria de defesa Social, Guarda Civil Municipal, Parceiro externo.
Resultados Esperados	Guardas treinados e cientes da nova legislação.
Ação 2.2	Promover acompanhamento psicológico focado no “uso da arma de fogo” em serviço para todo o efetivo da Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Secretaria de defesa Social, Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Acompanhamento psicológico periódico garantido

Desafio 3	Aprimorar política de gestão dos profissionais da Guarda Civil Municipal
Justificativa	A complexidade crescente da estrutura Guarda Civil Municipal em função da constante ampliação do seu trabalho, demanda uma política de gestão específica, capaz de dar conta da nova realidade vivida pela Corporação. Nisso inclui-se, por exemplo, a tensão da sua rotina de trabalho ou a diversidade das áreas de atuação da própria Guarda.
Ação 3.1	Criar canais efetivos de comunicação entre o comando e a base da Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Sistematizar canais de diálogo no interior da Corporação.
Ação 3.2	Realizar reuniões quinzenais para apresentação e discussão do trabalho realizado pelos diferentes setores da Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Dois reuniões realizadas por mês e maior conhecimento global sobre as atividades e informações que orientam as ações da Guarda Civil Metropolitana.
Ação 3.3	Manter o atendimento social e psicológico disponibilizado para os GCM's, contratando um psicólogo especializado.

Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal.
Resultados Esperados	Todo efetivo atendido pelo menos uma vez por mês.

Desafio 4	Direcionar o trabalho da Guarda Civil Municipal às demandas de Segurança Pública
Justificativa	As demandas da população, assim como os problemas que ela enfrenta, são dinâmicas e acompanham o próprio desenvolvimento do Município. As audiências públicas realizadas em Diadema foram um bom exemplo de como é importante para a Guarda Civil Municipal não apenas ouvir a população constantemente, mas também de ser capaz de atualizar suas atividades de acordo com as demandas apresentadas.
Ação 4.1	Aumentar efetivo da Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Prefeitura.
Resultados Esperados	Novos guardas contratados até agosto de 2006.
Ação 4.2	Criar novas bases móveis.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal, Secretaria de Defesa Social, Prefeitura.
Resultados Esperados	Mais bases móveis criadas, garantindo assim maior proximidade da população.
Ação 4.3	Aumentar o número de rondas noturnas, priorizando áreas de maior risco de violência.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal, Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Novas rotas de ronda noturna em locais de maior risco de violência, bem como aumento na frequência daquelas rondas já estabelecidas.
Ação 4.4	Promover a integração entre a Guarda Civil Municipal e as Polícias Civil e Militar.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal, Polícias Civil e Militar.
Resultados Esperados	Maior articulação entre a Guarda Civil Municipal e as Polícias Civil e Militar, otimizando e potencializando o trabalho das duas Corporações.

Desafio 5	Fortalecer mecanismos de controle e prestação de contas da GCM
Justificativa	A Guarda Civil Municipal tem se consolidado como uma nova e importante força pública em Diadema. É fundamental que esse processo seja acompanhado de mecanismos de controle como forma de garantir o aperfeiçoamento do seu trabalho e a transparência de suas ações.
Ação 5.1	Dar visibilidade à Ouvidoria da Guarda Civil Municipal, divulgando seu telefone, endereço e o nome do ouvidor.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Comunicação.
Resultados Esperados	Telefone e endereço da Ouvidoria divulgados em viaturas, jornais internos e outros materiais de comunicação do Poder Público.
Ação 5.2	Acompanhar e divulgar o trabalho da Ouvidoria e da Guarda Civil Municipal por meio da publicação de relatórios trimestrais de atividades.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal, Ouvidoria, Instituto Sou da Paz.
Resultados Esperados	Quatro relatórios publicados entre setembro de 2005 e agosto de 2006.

Desafio6	Aproximaraindamaisa GuardaCivil Municipal da Comunidade
Justificativa	A proximidade com a comunidade tomou-se uma das grandes marcas do trabalho da Guarda Civil Municipal. Além de uma prática de garantia de direitos, essa é uma postura que auxilia o próprio trabalho da Guarda e lhe atribui maior credibilidade.
Ação6.1	Aprimorar técnicas de abordagem por meio do Manual de Abordagem.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social e Guarda Civil Municipal, Secretaria de Comunicação.
Resultados Esperados	Manual desenvolvido e incorporado às práticas da Guarda Civil Municipal.

Compromisso 13 - Incrementar o sistema de informações criminais

Cada vez mais a informação tem sido uma ferramenta vital no combate à criminalidade. O controle preciso dos dados nesse campo permite a elaboração das taxas criminais, o acompanhamento de tendências, e, o mais importante, o planejamento de estratégias de ação baseadas nas informações georeferenciadas.

Em Diadema, no ano de 2001, a Secretaria de Defesa Social (SDS) implementou um projeto de mapeamento da criminalidade, nessa época ainda viabilizado de forma indireta, por meio da troca de informações com delegacias e outras secretarias. A partir de 2002, a SDS adquiriu e colocou em funcionamento o MAPINFO – sistema eletrônico de coleta, registro, localização e gerenciamento de informações criminais. Desde de julho de 2004, esse sistema vem sendo utilizado em conjunto com Infocrim – sistema de informações criminais desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública -SP. Utilizando esses dois programas de geoprocessamento, é possível mapear as ocorrências criminais e, ao mesmo tempo, acompanhar "tendências" de criminalidade. O controle das ocorrências pode ser feito por regiões, bairros e até ruas, com informações disponíveis sobre data, hora, local, tipo, circunscrição e frequência das ocorrências. Esses dados são hoje subsídio fundamental para o planejamento de ações efetivas no combate ao crime.

Diadema foi a primeira cidade da região do ABCD a utilizar o sistema, o que trouxe grandes benefícios para o trabalho da Guarda Civil Municipal e para a Secretaria de Defesa Social. Trabalhar com essas informações foi um passo importante na consolidação de uma política na área de segurança pública. Diadema, hoje, está pronta para ampliar e aprimorar a qualidade desses números, alinhando outros nichos de informação e criando um banco de dados expandido sobre as informações da região. Isso se traduzirá num avanço para o Município, possibilitando uma visão mais apurada e global de como a violência afeta a cidade.

Desafio 1	Melhorar o acesso e o uso dos dados disponíveis
Justificativa	A Secretaria de Defesa Social de Diadema já trabalha hoje com uma quantidade significativa de informação. Para facilitar a consulta desses dados e o trabalho da Guarda Civil Municipal, é preciso aprimorar a sua qualidade, padronizando a informação e utilizando referências (taxas criminais calculadas para cada 100.000 habitantes) que possibilitem o cruzamento desses dados com outras fontes.
Ação 1.1	Padronizar as informações e dados existentes de acordo com período, tipo de ocorrência, quantidade de informação, etc.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Informações padronizadas até dezembro de 2005 e atualizadas sistematicamente, a partir de então.
Ação 1.2	Criar banco de dados de fácil acesso, disponível para a própria Secretaria de Defesa Social, além de outras secretarias e órgãos da Prefeitura que demonstrem interesse.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.

Resultados Esperados	Bancodadoscriadoedisponibilizadoatéagostode2006.
-----------------------------	--

Desafio2	Criar estratégias complementares de coleta de informações
Justificativa	As informações provenientes dos boletins de ocorrência são insuficientes para que seja possível desenhar um quadro completo e preciso dos crimes ocorridos em Diadema. Além do pouco detalhamento da informação proveniente dos B.O.s, há também o problema da sub-notificação.
Ação2.1	Criar instrumento único de notificação para hospitais, Unidades Básicas de Saúde, escolas e Delegacia de Defesa da Mulher.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria da Saúde, Secretaria de Educação, Delegacia de Defesa da Mulher, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Casa Beth Lobo, IML (Instituto Médico Legal).
Resultados Esperados	Instrumento de notificação criado.
Ação2.2	Treinar e capacitar para a correta utilização do instrumento, profissionais de hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Escolas e Delegacia de Defesa da Mulher.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria da Saúde, Secretaria de Educação, Delegacia de Defesa da Mulher, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Casa Beth Lobo, IML (Instituto Médico Legal).
Resultados Esperados	Profissionais treinados e instrumento bem usado.
Ação2.3	Realizar pesquisa de vitimização.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Parceiro externo.
Resultados Esperados	Pesquisa realizada até agosto de 2006, disponibilizando novos dados sobre o quadro de criminalidade em Diadema.
Ação2.4	Centralizar as informações coletadas na Secretaria de Defesa Social.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Conjunto de informações centralizadas e organizadas na Secretaria de Defesa Social.

Desafio3	Unificar a coleta e o monitoramento da informação criminal
Justificativa	Garantir a coleta integrada de informação, assim como compartilhar o seu monitoramento, aumentar a qualidade da própria, além de aprimorar o foco das políticas e ações.
Ação3.1	Criar, por meio de um convênio técnico entre Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil, um Centro de Coleta e Monitoramento de Informações Criminais Compartilhadas.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil.
Resultados Esperados	Convênio estabelecido e Centro de Coleta e Monitoramento de Informações Criminais Compartilhadas criado.
Ação3.2	Analisar conjuntamente as estatísticas criminais relativas ao município de Diadema provenientes do DATASUS e da Fundação SEADE e apurar as diferenças.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Diferenças apuradas e informação mais próxima da realidade consolidada.

Compromisso 14 - Avaliação da execução e impacto do Plano

A avaliação é uma etapa final e fundamental da elaboração de políticas públicas em qualquer área. Denota transparência no uso dos recursos públicos, responsabilidade com os compromissos estabelecidos e respeito ao cidadão. Tomar públicos os acertos e erros, confere credibilidade à qualquer administração pública e possibilita o desenvolvimento de novas políticas, ainda mais qualificadas.

Além disso, a avaliação permite auferir qual o real impacto da política adotada em relação aos objetivos e metas previstos inicialmente e reconhecer se as estratégias adotadas trilham o caminho certo ou se terão de ser revistas.

No caso do II Plano de Segurança Pública de Diadema, serão necessárias avaliações de médio e longo prazo, de modo a ponderar o grau de adesão e impacto das propostas apresentadas, adequação da alocação da verba, analisar as parcerias estabelecidas e, eventualmente, realimentar o planejamento. Além disso, uma avaliação garante o registro de experiências bem sucedidas e resultados do Plano.

Para tanto, será necessário estabelecer indicadores integrados, específicos para a área de segurança pública. Para garantir a isenção do processo, é essencial que um avaliador externo seja envolvido.

Finalmente, o processo de avaliação é também uma forma de registro, passo vital para o acúmulo de conhecimento sobre a construção de políticas públicas. No caso de Diadema, esse aspecto se torna ainda mais importante, uma vez que o Município teve sempre uma postura inovadora no que se refere ao campo da segurança pública.

Desafio 1	Realizar avaliações semestrais para acompanhar a execução do Plano e uma avaliação final apresentando os resultados alcançados
Justificativa	A avaliação é uma etapa fundamental para o sucesso na implementação do Plano: garante transparência para administração, e é um instrumento de sistematização e acúmulo de conhecimento na área.
Ação 1.1	Prever no planejamento municipal o “momento avaliativo”.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Prefeitura de Diadema.
Resultados Esperados	Dois “momentos avaliativos” definidos no planejamento municipal, entre agosto de 2005 e agosto de 2006.
Ação 1.2	Contratar um parceiro externo responsável pelo processo de avaliação.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, parceiro externo.
Resultados Esperados	Parceiro externo contratado para realizar avaliação do Plano.
Ação 1.3	Promover um conjunto de audiências públicas a cada semestre para que a população de Diadema também possa avaliar a execução do Plano.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Parceiro externo.
Resultados Esperados	Dois conjuntos de audiências públicas realizados: o primeiro entre novembro e dezembro de 2005; o segundo entre junho e julho de 2006.

C) Urbanização

Compromisso 15 - Câmeras de segurança: concluir o programa de instalação e aperfeiçoar o uso do equipamento

Está em curso em Diadema o processo de instalação de “Câmeras de Segurança”, com imagem de alta definição. Nesse primeiro instante, um total de 28 câmeras de vídeo já foi instalado estrategicamente em regiões específicas da cidade. O mapa das ocorrências criminais é o principal guia de localização dessas câmeras que são monitoradas 24 horas pela Guarda Civil Municipal e pela Polícia Militar. A instalação de câmeras de segurança é um instrumento importante no auxílio às ações de combate à criminalidade. Além da própria vigilância, elas facilitam o trabalho de investigação.

Para garantir a efetividade dessa iniciativa, o programa contempla ainda a instalação de mais 74 câmeras, chegando ao total de 100. Assim, a conclusão das instalações faz-se necessária como forma de dar continuidade aos esforços da Prefeitura de Diadema para a redução do sentimento de insegurança da população e das taxas de criminalidade.

Há, no entanto, uma dimensão ética e funcional que deve ser abordada quando o Poder Público faz uso desse tipo de recurso, especialmente por se tratar de um expediente ainda novo. A população precisa ser informada de que está sendo monitorada e, mais do que isso, é preciso que o próprio órgão responsável por esse monitoramento tenha claro quais são os objetivos desse tipo de ação e os limites e regras de uso desse instrumento. É preciso estabelecer padrões de privacidade, além de definir o que caracterizaria o uso indevido das câmeras e das imagens, bem como estabelecer as conseqüências em caso de abuso. Tais parâmetros garantirão a transparência e a credibilidade da gestão municipal no uso desse meio de monitoramento e investigação.

Desafio 1	Concluir o programa de instalação de câmeras de segurança
Justificativa	Atualmente, a Prefeitura de Diadema conta com 28 câmeras instaladas em locais diversos da cidade, de um total de 30 câmeras previstas para o momento inicial do projeto (até agosto de 2005). Entretanto, todo o programa contempla a instalação de 100 câmeras, como forma de garantir a efetividade dessa iniciativa.
Ação 1.1	Mapear as áreas prioritárias para a instalação de câmeras de segurança.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria dos Transportes, Secretaria de Habitação, Secretaria de Serviços e Obras.
Resultados Esperados	Áreas prioritárias mapeadas.
Ação 1.2	Instalar as câmeras.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	100 Câmeras Instaladas até agosto de 2008.

Desafio 2	Criar regulamento interno de uso e implicações das câmeras, bem como das imagens registradas
Justificativa	Sendo esse um instrumento de trabalho novo em Diadema, é preciso estabelecer um conjunto de regras que deixem claro seus objetivos e os limites de uso.

Ação2.1	Criar grupo de trabalho com especialistas externos, Guarda Civil Municipal, Polícia Militar, Secretaria de Transporte, Corpo de Bombeiros, COMUSP, CONSEGe COMPAZ, no interior da Secretaria de Defesa Social para discutir e elaborar o regulamento.
AtoresEnvolvidos	Secretaria de Defesa Social.
Resultados Esperados	Regulamento criado e aplicado.

Desafio3	Divulgar, para a população de Diadema, a existência das câmeras de segurança, bem como sua localização
Justificativa	Para que o trabalho de monitoramento seja ético e transparente, é fundamental que a população local seja informada de que ele está ocorrendo. Por outro lado, a divulgação do funcionamento das câmeras e da sua localização reafirma e amplia seu potencial preventivo uma vez que eventuais ações criminosas passam a ser alvos de reconhecido monitoramento.
Ação3.1	Realizar campanha de divulgação da existência das câmeras, sua localização, bem com sua inserção no restante das políticas de combate à criminalidade do Município.
AtoresEnvolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Transportes.
Resultados Esperados	Mapa das câmeras disponível no site da Prefeitura quando o processo de instalação estiver concluído.

Compromisso 16 - Desenvolver novas etapas do processo de fechamento de bares e restrição ao uso do álcool.

A Lei de Fechamento de bares foi aprovada em 13/03/2002, por unanimidade, na Câmara de Vereadores de Diadema. Desde então, o funcionamento dos bares na região está regulamentado: só podem funcionar entre 6h e 23h. Também foram proibidos novos alvarás de funcionamento desse tipo de estabelecimento em imóveis localizados a menos de 300 metros de distância de escolas de ensino infantil, fundamental, médio e universidades.

Ainda que seja possível acompanhar a tendência de queda dos homicídios antes mesmo da aprovação da “Lei Seca”, sabemos que o fechamento de bares teve um impacto positivo na redução desse tipo de crime, bem como das agressões em geral como, por exemplo, a violência contra a mulher. Não resta dúvida que em larga medida, esses crimes estavam relacionados à frequência aos bares e à ingestão de bebidas alcoólicas. De acordo com os boletins de ocorrência, os homicídios, em sua grande maioria, aconteciam próximos aos bares, sendo quase 50 % deles durante o período entre 23h e 6h. A eficácia da lei, contudo, se explica no fato de que ela foi praticada com seriedade na fiscalização e sua implementação se deu integrada com um conjunto de outras ações de combate à violência. Nesse sentido, não há dúvida que a política de fechamento de bares deve ser mantida, assim como a sua fiscalização. Vale lembrar que a lei teve o apoio de 83% da população de Diadema. No entanto, o fechamento dos bares demanda alternativas, seja para os donos desse tipo de estabelecimento, seja na criação de espaços alternativos de lazer e convívio social.

Sabemos ainda, que esse tipo de medida também enfrenta limitações no que diz respeito à manutenção de seu impacto. Com efeito, é preciso diversificar as propostas nos limites que a lei permite. Uma pesquisa realizada em Paulínia, outro município do estado de São Paulo, mostra que 76% dos bares pesquisados não impõem limite à quantidade de bebida que pode ser consumida que 52,8% não se sentem responsáveis pelo cliente embriagado e que mais de 80% dos estabelecimentos nunca pediram documento de identificação para vender bebida alcoólica. Por outro lado, 75% dos donos de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, acreditam que seus funcionários deveriam receber treinamento para vender bebidas dentro da lei. Como vemos, além da ingerência da lei, há espaço para realizar um trabalho de educação, o que garantiria um efeito mais duradouro desse tipo de intervenção.

Desafio 1	Manter a fiscalização intensa do cumprimento da Lei de Fechamento de Bares.
Justificativa	Está comprovado que a fiscalização intensa foi o fator decisivo na eficácia da Lei.
Ação 1.1	Dar continuidade ao processo de fiscalização.
Atores Envolvidos	Programa Diadema Legal, Guarda Civil Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil.
Resultados Esperados	Esquema de fiscalização mantido.

Desafio2	Expandir a fiscalização que evita a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos para outros estabelecimentos
Justificativa	Para evitar que, de fato, menores de 18 anos não tenham acesso a bebidas alcoólicas, é preciso fiscalizar outros estabelecimentos que também comercializam bebidas tais como supermercados, lojas de conveniência e padarias.
Ação2.1	Mapear o conjunto de estabelecimentos em Diadema que, além dos bares, demandam fiscalização.
Ação2.2	Incluir essa rota de fiscalização na rotina da Guarda Civil Municipal.
Atores Envolvidos	Guarda Civil Municipal, Diadema Legal.
Resultados Esperados	Novos pontos de fiscalização incorporados na rotina da Guarda Civil Municipal.

Desafio3	Criar um selo de qualidade para os bares que cumprirem a “Lei Seca” e para aqueles que não vendam bebidas para menores de 18 anos, tampouco para pessoas já alcoolizadas
Justificativa	Um selo de qualidade cumpre duas funções: por um lado, é um estímulo aos donos de bares para que trabalhem dentro da lei uma vez que tal selo garantirá um conjunto de benefícios aos proprietários desses estabelecimentos. Por outro, é uma maneira de divulgar as boas práticas e os avanços nessa área.
Ação3.1	Criação do selo de qualidade e dos critérios de avaliação.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social e Unifesp, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano, Secretaria de Saúde.
Resultados Esperados	Bares identificados pelo selo de qualidade, difusão das boas práticas na venda de bebidas alcoólicas.

Desafio4	Elaborar treinamento para donos e funcionários de bar, garantindo que esses não vendam bebidas para menores de 18 anos, nem para pessoas já intoxicadas
Justificativa	A educação é um instrumento poderoso e, de maneiras simples, pode evitar a ocorrência de situações graves, como a venda de bebida a menores de 18 anos ou para pessoas que já estejam alcoolizadas.
Ação4.1	Elaborar curso e material informativo sobre as noções básicas de como deve ser realizada a venda legal de bebida alcoólica, a serem distribuídos aos donos de bares.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Guarda Civil Municipal e Unifesp, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano, Secretaria de Saúde.
Resultados Esperados	Donos e funcionários de bares treinados e capacitados.

Desafio5	Oferecer curso de capacitação profissional para donos e funcionários de bares como alternativa a serem de atividade
Justificativa	Hoje em Diadema, existem mais de 4.800 bares concentrados num território relativamente pequeno. Para estimular o fechamento desse tipo de estabelecimento, é preciso oferecer alternativas de trabalho para seus proprietários e funcionários.
Ação5.1	Estabelecer parceria com centros de formação técnica onde possam ser oferecidos cursos para os donos de bares.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, SEBRAE, SENAC, SESI, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano, Fundação Florestan Fernandes.
Resultados Esperados	Cursos oferecidos até agosto de 2006.

Compromisso 17 - Investimento na criação, revitalização e melhoria de espaços públicos

A cultura do medo é um dos primeiros efeitos da violência advinda da criminalidade. Sua consequência mais direta é a fragmentação e esvaziamento dos espaços públicos. A difusão da violência acaba provocando uma perda nas práticas de sociabilidade. A generalização do medo faz com que população não se sinta segura o suficiente para freqüentar e usufruir das praças, parques e outros ambientes comunitários. O abandono desses espaços, por sua vez, propicia sua depredação, destruição e a ocupação, muitas vezes, por atividades ilícitas que afastam ainda mais a comunidade. Com efeito, fica estabelecido um ciclo, no qual o abandono do espaço público torna-se, ao mesmo tempo, causa e consequência da violência, alimentando o esgarçamento dos laços sociais, a diminuição da solidariedade e da qualidade de vida, além de compor um cenário repleto de obstáculos à prevenção e ao combate da criminalidade.

Ocupar esse vazio físico e simbólico significa vencer o medo e tornar, na prática, esses lugares em ambientes mais seguros. Para tanto, é preciso torná-los mais salubres e atraentes; fazer das praças, parques e espaços de convivência, verdadeiros espaços de lazer, associativismo e integração comunitária.

Esse é um tipo ideal de ação preventiva a ser desenvolvida na esfera municipal do poder: trata-se de uma ação simples, sem custos muito altos, que pode ser realizada em parceria com outras instâncias do Poder Público, com a iniciativa privada, envolvendo a comunidade e cujos resultados são de grande impacto - seja naquilo que chamamos de sensação de insegurança, seja na própria redução dos índices de criminalidade.

A iluminação e recuperação de ruas e praças nos bairros com as maiores taxas criminais é um bom exemplo. Em Diadema está em curso a instalação de postes de iluminação com braços mais longos, lâmpadas de maior durabilidade e mais econômicas. Tal medida contribuiu para a prevenção e redução de delitos, além de facilitar o monitoramento das ruas pelas câmeras de vídeo.

É importante lembrar que a recuperação e investimento nos espaços públicos é uma política transversal que, além de mobilizar diversas instâncias do Poder Público, dialoga com outras políticas de prevenção da violência. O fechamento de bares, por exemplo, demanda, para a continuidade de seu sucesso, a criação de espaços alternativos de lazer.

Finalmente, o sucesso dessas políticas reside, em grande parte, na capacidade do Poder Público em envolver a comunidade nesse processo. É fundamental que a população se aproprie desses espaços e seja ativa na manutenção destes, assim como no planejamento e execução das atividades de interesse comunitário.

Desafio 1	Recuperar e ampliar as opções de lazer e convivência comunitária na cidade tais como praças, parques e quadras esportivas
Justificativa	Espaços públicos de integração e mobilização comunitária, em especial da juventude, são aliados importantes das políticas de redução da violência local.

Ação 1.1	Mapear as regiões prioritárias da cidade e os espaços que necessitam de intervenção e investimento.
Ação 1.2	Incluir no mapeamento áreas atendidas pelos Projetos "Tá Bonito" e "Dia D", da Secretaria de Habitação
Ação 1.3	Estabelecer parceria com a iniciativa privada para execução das obras.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Habitação, Secretaria de Esportes e Lazer, iniciativa privada, Secretaria de Educação e Programa Ação Compartilhada.
Resultados Esperados	Mapa e cronograma de obras estabelecidos até agosto de 2006 para a recuperação dos espaços.

Desafio 2	Criar Conselhos de Compromisso nos espaços e equipamentos públicos, para que eles desenvolvam atividades comunitárias nesses locais
Justificativa	Promover a apropriação dos espaços públicos por parte da população significa garantir o real exercício da cidadania. Integrar as lideranças locais e comunidade em atividades comunitárias de educação, cultura e lazer propicia a ocupação positiva desses espaços.
Ação 2.1	Criar, por meio do Programa Ação Compartilhada, Conselhos de Compromisso nos equipamentos públicos.
Ação 2.2	Propiciar aos membros da comunidade participação na Formação de Multiplicadores Comunitários, para que os mesmos desenvolvam nos espaços atividades como Contação de Histórias, Cultura Popular, Lazer Comunitário, Biblioteca Comunitária, Correspondência, Artesanato, Musicalização e Horta Comunitária.
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes e Lazer.
Resultados Esperados	Conselhos de Compromisso criados e multiplicadores comunitários formados, aproximando os cidadãos do espaço público.

Desafio 3	Dar continuidade ao Programa de Iluminação Pública, associá-lo ao Programa de Poda de Árvores e à limpeza de terrenos baldios públicos e privados
Justificativa	O atual programa de modernização de iluminação pública teve um impacto positivo na segurança da cidade, confirmando a importância da sua continuidade. Associá-lo à poda de árvores otimiza seus resultados uma vez que em alguns locais, os bolsões de escuridão são causados pelas copas de árvores que bloqueiam a iluminação. Finalmente, garantir a limpeza de terrenos baldios públicos, bem como fiscalizar os privados, evita que a cidade tenha terrenos ermos, que acabam se transformando em espaços de risco.
Ação 3.1	Dar continuidade ao processo de troca de lâmpadas.
Ação 3.2	Podar árvores que estejam atrapalhando a iluminação pública.
Ação 3.3	Limpar terrenos baldios públicos e fiscalizar a limpeza dos terrenos privados
Atores Envolvidos	Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Habitação, Secretariado do Meio Ambiente.
Resultados Esperados	Melhoria da iluminação nas ruas onde o programa foi implementado.

VII. Agradecimentos

A Prefeitura de Diadema, a Secretaria de Defesa Social e o Instituto Sou da Paz, agradecem a contribuição dos seguintes especialistas:

Alexandre Schneider

Bárbara Musumeci Soares

Tenente Bicudo

Coronel Geraldo Jânio Vendramini

José Marcelo Zacchi

Luke Dowdney

Tenente Coronel Marco Antônio da Costa

Maria Helena Maranhão

Marianna Olinger

Maria Antonieta Campos dos Santos

Dr. Ronaldo Laranjeira

Dr. Sérgio Abdalla

Sérgio Barbosa

Sérgio M. Duailibi

Sônia Azevedo

Instituto Sou da Paz

Diretor executivo

Denis Mizne

Gerente de Mobilização

Mariana Montoro Jens

Coordenadora Área de Políticas Municipais

Carolina Ricardo

Coordenador do Projeto

Paula Miraglia

Assistente

César Ferragi

Estagiário

Marcelo H. Viotto

Pesquisadores Assistentes

Ronaldo Trindade

Sandra Brockson

Agosto de 2005

**Instituto Sou da Paz
Rua Luis Murat, 260.
Vila Madalena São Paulo/SP**

CEP:05436-050
Tel/Fax:(11)38121333
e-mail:soudapaz@soudapaz.org